

# PANORAMA

## **O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal**

Descrição sumária





# O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal

## Descrição sumária

Maria da Conceição Afonso  
Fernanda Ferreira

Cedefop Panorama series; 142

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007

---

Encontram-se disponíveis-outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>).

Uma ficha bibliográfica encontra-se no fim desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007

ISBN 978-92-896-0491-8

ISSN 1562-6180

© Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, 2007

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

*Printed in Belgium*

**O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop)** é o centro de referência da União Europeia no domínio do ensino e da formação profissional. O Centro presta informações e análises sobre os sistemas e as políticas de ensino e formação profissionais, bem como sobre investigação e práticas desenvolvidas neste domínio. O Cedefop foi criado em 1975 pelo Regulamento (CEE) nº 337/75 do Conselho.

Europe 123  
GR-57001 Thessaloniki (Pylea)

Endereço postal:  
PO Box 22427  
GR-55102 Thessaloniki

Tel. (30) 23 10 49 01 11  
Fax (30) 23 10 49 00 20  
Correio electrónico: [info@cedefop.europa.eu](mailto:info@cedefop.europa.eu)  
Homepage: [www.cedefop.europa.eu](http://www.cedefop.europa.eu)  
Sítio web interactivo: [www.trainingvillage.gr](http://www.trainingvillage.gr)

**Autores:** Maria da Conceição Afonso (coordenação); Fernanda Ferreira  
Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

**Editado pelo:**  
**Cedefop**  
Sylvie Bousquet, Coordenadora do projecto

Publicado sob a responsabilidade de:  
Aviana Bulgarelli, Directora  
Christian Lettmayr, Director Adjunto



*“A centralidade da educação e formação profissional deve ser sublinhada, não apenas pela sua presença decisiva no triângulo do conhecimento onde se liga aos vértices da investigação e da inovação, mas também pelo seu papel determinante nos processos mais amplos de reforço da integração e da coesão social, de reforço das atitudes e práticas de cidadania e de difusão e aprofundamento das dinâmicas de multiculturalidade e multilinguismo à escala europeia.”*

“Prioridades da Presidência portuguesa para a área da Educação e Formação”

Julho de 2007





# Introdução

A presente publicação sobre educação e formação profissional em Portugal foi preparada para ser divulgada durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Faz parte da série de descrições sumárias que o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) publica regularmente sobre os sistemas nacionais de educação e formação profissional <sup>(1)</sup>.

Outra informação sobre esta temática poderá também ser encontrada nas bases de dados do Cedefop, que contêm informação específica, regularmente actualizada pela ReferNet <sup>(2)</sup>. Várias descrições dos sistemas nacionais de educação e formação profissional (*“thematic overviews”*, *“thematic analyses”*, etc.) podem ser igualmente consultadas na página web do Cedefop (ver European Training Village) <sup>(3)</sup>.

Esta publicação foi elaborada por Fernanda Ferreira, da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, sob coordenação de Maria da Conceição Afonso, Subdirectora-Geral para a área do emprego e da formação profissional e representante do Governo Português no Conselho Directivo do Cedefop, em estreita colaboração com Sylvie Bousquet, do Cedefop. Os representantes dos parceiros sociais portugueses no Conselho Directivo do Cedefop foram consultados.

Agradecemos a todos os parceiros da ReferNet Portuguesa que contribuíram para a elaboração deste documento, nomeadamente à Cláudia Arriegas, assim como aos colegas do Instituto do Emprego e Formação Profissional, da Agência Nacional para a Qualificação e da Rede Eurydice.

Neste documento síntese não é possível incluir toda informação sobre o sistema de educação e formação profissional em Portugal, principalmente no momento em que está em curso uma reforma significativa do mesmo, que visa promover a melhoria das qualificações da população portuguesa e responder aos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa.

Esta reforma tem como objectivos estratégicos promover a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população, reforçar o ensino profissional de dupla certificação, alargar a oferta de cursos de educação e formação de adultos e criar as condições para que um maior número de pessoas seja abrangido pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

---

<sup>(1)</sup> Estas publicações podem ser descarregadas ou encomendadas em [http://www.trainingvillage.gr/etv/Information\\_resources/Bookshop/publications.asp?section=22](http://www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/Bookshop/publications.asp?section=22)

<sup>(2)</sup> Rede Europeia de Referência e Conhecimento do Cedefop. A Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) é membro e coordenadora da ReferNet em Portugal, <http://www.dgert.mtss.gov.pt/refernet/>

<sup>(3)</sup> [www.cedefop.europa.eu](http://www.cedefop.europa.eu) e [www.trainingvillage.gr/etv/Information\\_resources/NationalVet/](http://www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/NationalVet/)

Assim, e de acordo com as prioridades da Presidência Portuguesa para a área da educação e formação profissional, a aprendizagem ao longo da vida é crucial para responder ao desafio da competitividade e da prosperidade económica e promover a inclusão social, a cidadania activa e a realização pessoal e profissional de cidadãos que vivem e trabalham numa economia cada vez mais baseada no conhecimento.

Christian Lettmayr  
Director Adjunto  
Centro Europeu para o Desenvolvimento da  
Formação Profissional (Cedefop)

Fernando Ribeiro Lopes  
Director-Geral  
Direcção-Geral do Emprego e das Relações  
de Trabalho

Julho de 2007

# ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Contexto político geral .....	7
1.1. Estrutura política e administrativa .....	7
1.2. População e demografia .....	7
1.3. Economia e mercado de trabalho .....	9
1.4. Nível de educação da população .....	11
2. Desenvolvimento de políticas - objectivos e prioridades .....	13
3. Enquadramento institucional .....	15
3.1. Enquadramento administrativo .....	15
3.2. Enquadramento legislativo .....	17
3.3. Papel dos parceiros sociais .....	18
4. Educação e formação profissional inicial .....	21
4.1. Enquadramento .....	21
4.2. Modalidades de educação e formação profissional inicial de nível secundário .....	22
4.3. Educação e formação profissional de nível pós-secundário (não superior) .....	25
4.4. Ensino superior .....	26
5. Educação e formação profissional contínua .....	28
5.1. Enquadramento .....	28
5.2. Modalidades de educação e formação profissional contínua .....	28
5.3. Formação para grupos com especiais dificuldades de inserção .....	30
5.4. Educação e formação profissional contínua de iniciativa empresarial ou dos parceiros sociais .....	31
5.5. Educação e formação profissional contínua de iniciativa individual .....	32
5.6. A qualidade na formação profissional contínua .....	32
6. Formação de professores e formadores .....	34
6.1. Formação de professores .....	34
6.2. Formação de formadores .....	35
7. Desenvolvimento de aptidões e de competências .....	37
7.1. Antecipação de necessidades de competências .....	37
7.2. Construção de percursos e de parcerias educativas .....	37
7.3. Concepção e actualização dos curricula .....	38
8. Validação da aprendizagem .....	40

# MAPA DE PORTUGAL



8.1.	Enquadramento.....	40
8.2.	Validação da aprendizagem formal.....	40
8.3.	Validação e reconhecimento da aprendizagem adquirida por via não-formal e informal .....	40
9.	Orientação e aconselhamento .....	43
9.1.	Enquadramento.....	43
9.2.	Profissionais de orientação e aconselhamento .....	44
10.	Financiamento – investimento em recursos humanos .....	45
10.1.	Enquadramento.....	45
10.2.	Financiamento da educação e formação profissional inicial.....	46
10.3.	Financiamento da educação e formação profissional contínua e educação de adultos.....	46
10.4.	Financiamento da formação para desempregados e grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho .....	47
11.	Dimensão europeia e internacional.....	48
11.1.	Estratégias nacionais relativas a prioridades políticas, programas e iniciativas a nível Europeu .....	48
11.2.	Impacto da europeização/internacionalização na educação e formação profissional .....	49
Anexo 1	Siglas e acrónimos.....	51
Anexo 2	Glossário.....	53
Anexo 3	Referências bibliográficas .....	56
Anexo 4	Principais organizações .....	60



# Lista dos quadros e figuras

## Quadros

Quadro 1:	Índice de envelhecimento por local de residência, 2000, 2002, 2004 e 2006 .....	8
Quadro 2:	Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na UE-25, 2000 a 2006 (variação percentual com base no ano anterior) .....	9
Quadro 3:	Taxa de emprego por género, dos 15 aos 64 anos, em Portugal e na UE-25, 1995, 2000, 2005 e 2006 (em %) .....	10
Quadro 4:	Taxa de desemprego por género, dos 15 aos 74 anos, em Portugal e na UE-25, 1995, 2000, 2005 e 2006 (em %) .....	10
Quadro 5:	População com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos por nível mais elevado de educação nos Estados-membros, Bulgária e Roménia, 2006 (em %) .....	11
Quadro 6:	Educação e formação profissional em Portugal e na UE-25 (alguns indicadores), 2000, 2005 e 2006 (em %) .....	12

## Figuras

Figura 1:	População por grupos etários em 2005 e projecções para 2010, 2020 e 2030 (em %) .....	8
Figura 2:	População empregada por sector de actividade, 1998 a 2005 .....	10
Figura 3:	Principais intervenientes na administração do sistema de educação e formação .....	15
Figura 4:	Sistema de educação e formação profissional em Portugal .....	20
Figura 5:	Fluxograma de fases e actividades do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) .....	42

# **1. Contexto político geral**

## **1.1. Estrutura política e administrativa**

Portugal é uma das mais antigas nações da Europa, existindo como país há mais de 8 séculos. No século XV foi ponto de partida de grandes viagens marítimas, cuja importância se repercutiu no progresso científico e humanístico. Foi uma monarquia até à revolução de 1910, que implantou a república, mas a partir de 1926 o país viveu sob um regime ditatorial, o qual terminou com a revolução militar de 25 de Abril de 1974, que instaurou a democracia. É um dos membros fundadores da NATO, integra a União Europeia desde 1986 e é membro da União Económica e Monetária desde 1999.

O parlamentarismo constitucional português começa com a Constituição de 1822 e a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, com um sistema semipresidencialista em que existem quatro órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

Portugal abrange o território continental (88 967 km<sup>2</sup>), situado no extremo sudoeste da Europa, limitado a norte e a leste pela Espanha e a sul e oeste pelo oceano Atlântico, bem como os arquipélagos dos Açores (2 322 km<sup>2</sup>) e da Madeira (801 km<sup>2</sup>), situados no oceano Atlântico. Os Açores e a Madeira são regiões autónomas, com um estatuto político-administrativo específico e órgãos de governo próprio. O território continental está dividido em cinco regiões plano e conjuntamente com as regiões autónomas organizam-se administrativamente em 308 concelhos e mais de 4 000 freguesias.

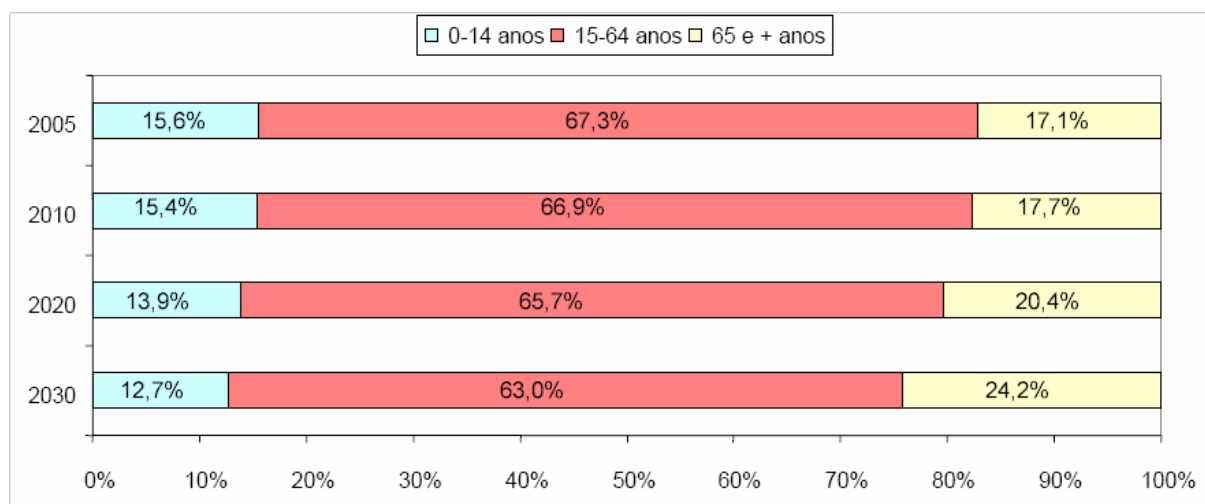
A língua oficial é o Português que é também língua oficial noutros sete países, sendo falado por mais de 200 milhões de pessoas.

## **1.2. População e demografia**

A população portuguesa duplicou nos últimos cem anos. Em Dezembro de 2005, a população residente foi estimada em 10 569 592 indivíduos (sendo 10 082 154 no continente, 242 241 na Região Autónoma dos Açores e 245 197 na Região Autónoma da Madeira), dos quais 5 115 742 do sexo masculino e 5 453 850 do sexo feminino.

À semelhança de outros países europeus, têm-se vindo a verificar uma aceleração do processo de envelhecimento da população (ver Figura 1).

**Figura 1:** População por grupos etários em 2005 e projecções para 2010, 2020 e 2030 (em %)



Fonte: INE, base de dados em linha, 2007.

Este cenário deve-se ao declínio dos níveis de natalidade e ao aumento da esperança de vida. O índice de envelhecimento aumentou de 108,7 idosos por cada 100 jovens em 2004, para 111,7 em 2006 (ver Quadro 1).

**Quadro 1:** Índice de envelhecimento por local de residência, 2000, 2002, 2004 e 2006

	2000	2002	2004	2006
<b>Portugal</b>	102,2	105,5	108,7	111,7
<b>Continente</b>	104,6	107,8	111,2	114,2
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	60,5	62,0	62,4	64,4
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	68,9	71,7	72,0	72,9

NB: O índice de envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Fonte: INE, base de dados em linha, 2007.

A imigração tem contribuído para minorar a tendência do envelhecimento da população. Em 31 de Dezembro de 2005, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) eram titulares de uma autorização de residência 275 906 cidadãos de nacionalidade estrangeira, correspondendo a 2,61% da população residente. Os cidadãos das antigas colónias portuguesas, nomeadamente de Cabo Verde, Brasil, Angola e Guiné-Bissau são responsáveis por quase metade do total de estrangeiros titulares dessa autorização (49,6%). Nas comunidades com maior dimensão destaca-se ainda um importante conjunto de cidadãos de países europeus, nomeadamente Reino Unido, Espanha, Alemanha e França.

### 1.3. Economia e mercado de trabalho

De acordo com dados disponibilizados pelo Eurostat, nos últimos anos, Portugal registou uma perda real de posição face à média da UE-25 em termos do produto interno bruto (PIB) *per capita* (ver Quadro 2).

*Quadro 2: Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na UE-25, 2000 a 2006 (variação percentual com base no ano anterior)*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>UE-25</b>	3,9	2,0	1,2	1,3	2,3	1,7	2,9
<b>Portugal</b>	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,2	0,4	1,8*

(\*) Previsão.

*Fonte:* Eurostat. General Economic Background, base de dados em linha, 2007.

A evolução da economia portuguesa em 2006, de acordo com dados do Banco de Portugal, foi globalmente mais favorável do que a observada nos anos anteriores. A actividade económica acelerou, impulsionada pelas exportações de bens e serviços. As condições no mercado de trabalho registaram uma melhoria ainda incipiente, tendo-se verificado uma variação positiva do emprego e a quase estabilização da taxa de desemprego. O défice orçamental apresentou uma redução significativa e superior à prevista, passando de 6,0% (2005) para 3,9% (2006) do PIB. Apesar da evolução favorável, o crescimento da economia portuguesa em 2006 não permitiu ainda retomar o processo de convergência real face à área do euro.

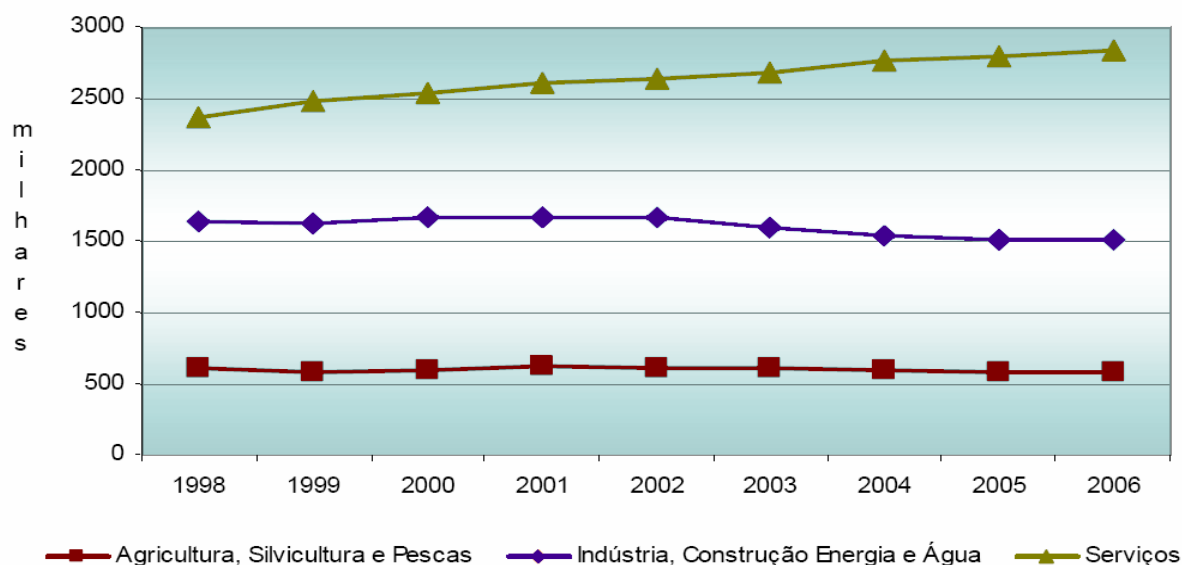
A evolução do emprego por sectores de actividade revela que, entre 1998 e 2005, quer a Agricultura, Silvicultura e Pescas quer a Indústria, Construção, Energia e Água perderam peso no emprego, a favor dos Serviços (ver Figura 2).

Deste modo, o peso relativo dos Serviços no emprego passou de 51,2% em 1998 para 57,3% em 2005. Em contrapartida, a Indústria e a Agricultura apresentaram quebras de emprego, reduzindo-se os seus pesos relativos de 35,5% para 30,8%, no primeiro caso, e de 13,3% para 11,9%, no segundo.

A taxa de emprego é de 67,9% em 2006, situando-se acima da média UE-25. Realça-se a elevada participação das mulheres no mercado de trabalho por comparação com a média dos restantes países da UE (ver Quadro 3).

A taxa de desemprego aumentou significativamente no mesmo período de tempo, embora se mantenha abaixo da média europeia (ver Quadro 4).

Figura 2: População empregada por sector de actividade, 1998 a 2005



Fonte: OEFP, 2006.

Quadro 3: Taxa de emprego por género, dos 15 aos 64 anos, em Portugal e na UE-25, 1995, 2000, 2005 e 2006 (em %)

	Portugal			UE-25		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
1995	54,4	73,5	63,7	:	:	:
2000	60,5	76,5	68,4	53,6	71,2	62,4
2005	61,7	73,4	67,5	56,3	71,3	63,8
2006	62,0	73,9	67,9	57,3*	72,0*	64,7*

(\*) Valores provisórios.

(:) Dados indisponíveis.

Fonte: Eurostat. Employment, base de dados em linha, 2007.

Quadro 4: Taxa de desemprego por género, dos 15 aos 74 anos, em Portugal e na UE-25, 1995, 2000, 2005 e 2006 (em %)

	Portugal			UE-25		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
1995	8,2	6,5	7,3	:	:	:
2000	4,9	3,2	4,0	10,1	7,3	8,6
2005	8,7	6,7	7,6	9,8	7,9	8,7
2006	9,0	6,5	7,7	9,0	7,1	7,9

(:) Dados indisponíveis.

Fonte: Eurostat. Employment, base de dados em linha, 2007.



## 1.4. Nível de educação da população

Um dos reconhecidos défices estruturais de Portugal, face à generalidade dos países da UE-25, prende-se com os baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional que caracterizam a maioria da população activa (ver Quadro 5). No entanto, nas últimas décadas, esses níveis têm vindo a aumentar, devido à entrada no mercado de trabalho da população mais jovem, que já beneficiou da expansão do sistema de educação e formação e também do alargamento progressivo das oportunidades para a educação e formação de adultos.

*Quadro 5: População com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos por nível mais elevado de educação nos Estados-membros, Bulgária e Roménia, 2006 (em %)*

	ISCED 0-2	ISCED 3-4	ISCED 5-6		ISCED 0-2	ISCED 3-4	ISCED 5-6
<b>UE-25</b>	<b>33</b>	<b>45</b>	<b>20</b>	Lituânia	20	57	22
Bélgica	36	36	28	Luxemburgo	39	40	21
Bulgária	31	51	18	Hungria	27	58	15
República Checa	16	72	11	Malta	72	17	11
Dinamarca	25	45	29	Holanda	32	41	26
Alemanha	25	55	20	Áustria	25	60	15
Estónia	21	52	27	Polónia	21	64	15
Irlanda	35	36	26	<b>Portugal</b>	<b>71</b>	<b>17</b>	<b>12</b>
Grécia	42	40	19	Roménia	32	58	10
Espanha	50	22	26	Eslovénia	23	59	18
França	35	41	23	Eslováquia	19	69	12
Itália	50	39	11	Finlândia	26	45	29
Chipre	34	39	28	Suécia	20	50	25
Letónia	24	58	18	Reino Unido	26	42	26

ISCED: Classificação Internacional Normalizada da Educação (ver Anexo 1)

ISCED 0-2: ensino pré-escolar, ensino básico (1.º e 2.º ciclo), ensino básico (3.º ciclo)

ISCED 3-4: ensino secundário, ensino pós-secundário

ISCED 5-6: ensino superior

*Fonte:* Eurostat, Population and social conditions, base de dados em linha, 2007.

Nos últimos anos registaram-se progressos nos níveis de habilitação da população portuguesa e na redução do abandono escolar (ver Quadro 6).

*Quadro 6: Educação e formação profissional em Portugal e na UE-25 (alguns indicadores), 2000, 2005 e 2006 (em %)*

		Portugal			UE-25		
		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
População com pelo menos o nível ISCED 3* (20-24 anos)	2000	51,8	34,6	43,2	79,5	73,7	76,6
	2005	57,5	40,8	49,0	80,3	74,7	77,5
	2006	58,6	40,8	49,6	80,9	74,7	77,7
População com pelo menos o nível ISCED 3* (25-64 anos)	2000	20,1	18,6	19,4	61,1	67,1	64,1
	2005	28,6	24,2	26,5	67,3	70,9	69,1
	2006	29,8	25,4	27,6	68,2	71,2	69,7
Abandono escolar precoce** (18-24 anos)	2000	35,1	50,1	42,6	15,2	19,5	17,3
	2005	30,1	46,7	38,6	13,1	17,3	15,2
	2006	31,8	46,4	39,2	12,8	17,4	15,1

\* ISCED 3: ensino secundário.

\*\* Os indivíduos entre os 18 e 24 anos que não estão a frequentar qualquer dispositivo de educação e formação e apenas são portadores da escolaridade básica incluem-se na taxa do abandono escolar precoce.

Fonte: Eurostat, EU Labour Force Survey, base de dados em linha, 2007.

Segundo dados do Eurostat, em 2003, a despesa pública em educação representou 5,61% do PIB (5,20% na UE-25). Apesar do investimento em educação ser superior ao da média europeia, o desempenho do sistema de ensino encontra-se aquém do desejado, nomeadamente, no que respeita ao abandono escolar precoce. No sentido de combater estas fragilidades, estão em desenvolvimento um conjunto de medidas e programas (ver Capítulo 2).

## **2. Desenvolvimento de políticas - objectivos e prioridades**

Ao longo dos últimos trinta anos, foi despendido um significativo esforço no sentido de recuperar o atraso que distancia Portugal dos padrões médios de desenvolvimento da União Europeia, particularmente no que respeita aos níveis de educação. Todavia, há ainda um esforço suplementar a desenvolver, pois cerca de 3,5 milhões de activos têm um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário e cerca de 485 000 jovens (isto é, 45% do total) entre os 18 e os 24 anos estão a trabalhar sem terem concluído o ensino secundário (12.º ano de escolaridade) (ver Quadro 6).

A Iniciativa “Novas Oportunidades” <sup>(4)</sup>, lançada pelo Governo em 2005, tem como principal objectivo a rápida elevação dos níveis de qualificação dos portugueses, assumindo o 12.º ano como o patamar mínimo de qualificação de referência. A concretização desta ambição passa por uma estratégia centrada em dois planos: (i) na elevação das taxas de conclusão do nível secundário para os jovens, com um forte combate ao abandono escolar precoce e uma aposta no reforço das vias de ensino profissionalizante com dupla certificação, escolar e profissional (ver Glossário) e (ii) no aumento dos níveis de qualificação da população adulta, através da conjugação da educação e formação de adultos com a generalização dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

São objectivos específicos desta iniciativa, até 2010, (i) aumentar as ofertas de cursos profissionais de nível secundário por forma a corresponderem a 50% da oferta formativa e abrangerem 650 000 jovens; (ii) qualificar 1 000 000 de activos através do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências e de cursos de educação e formação de adultos; e (iii) alargar a rede de Centros Novas Oportunidades (em 2007 estão em funcionamento 268 centros, mais 170 do que em 2006) (ver Glossário).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) assume também como prioridade a qualificação dos portugueses, estando afecto ao Programa Operacional Temático Potencial Humano um investimento total de nove mil milhões de euros dos quais 70% se destinam à Iniciativa Novas Oportunidades.

Importa também referir, no domínio do ensino superior, que Portugal assume como objectivos específicos de intervenção o reforço da formação avançada de recursos humanos em ciência e tecnologia, em investigação e inovação, visando a criação de uma sólida base de qualificação, a consolidação das instituições, a criação de emprego científico, a articulação entre formação superior e trabalho científico, a inserção de investigadores nas empresas e o reforço das lideranças científicas. Para concretização destes objectivos serão apoiados, nomeadamente:

- programas e bolsas de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento,

---

<sup>(4)</sup> <http://www.novasoportunidades.gov.pt/>

- programas de investigação,
- colocação em instituições nacionais de investigadores com actividade permanente no estrangeiro,
- promoção do emprego científico e da cultura científica e tecnológica e ainda programas de apoio ao alargamento da base social do ensino superior e à mobilidade internacional.

Ainda no domínio do ensino superior destaca-se a implementação e desenvolvimento do Processo de Bolonha, no âmbito do qual Portugal regista progressos significativos. No ano lectivo de 2006/2007, cerca de 38% da oferta disponibilizada ao nível do 1.º e 2.º ciclos de estudos estava de acordo com as regras introduzidas pelo Processo de Bolonha, em 2007/2008 esse valor deverá atingir cerca de 88% da oferta, prevendo-se que, em 2009/2010, todo o ensino superior esteja organizado de acordo com o Processo de Bolonha.

As políticas de educação e formação são acompanhadas também no domínio do emprego por um conjunto alargado de apoios públicos técnicos e financeiros que visam estimular o empreendedorismo e a criação de emprego, com particular enfoque no apoio à transição dos jovens para a vida activa e no combate ao desemprego de longa duração. De entre estes apoios, destaca-se o Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE) <sup>(5)</sup>, criado em 2001, que integra apoios, sob a forma de subsídios, à contratação e à criação do próprio emprego, bem como à conversão de contratos de trabalho a termo em contratos sem termo. São igualmente de destacar os apoios à contratação sob a forma de isenção das contribuições para a Segurança Social, que abrangem, todos os anos, milhares de jovens e desempregados de longa duração. Os estágios profissionais são uma das medidas com resultados muito positivos, através dos quais o Estado apoia a contratação a termo de jovens licenciados pelas empresas (a avaliação existente indica uma integração dos jovens abrangidos por esta medida próxima dos 70%), que inclui estágios internacionais em sectores económicos considerados estratégicos para o país.

Uma percentagem significativa das medidas de política de emprego procura realizar simultaneamente dois objectivos: promover a inserção no mercado de trabalho e elevar o nível de qualificação dos abrangidos, nomeadamente através da integração de componentes de formação profissional, como sucede com as medidas integradas no mercado social de emprego (designadamente programas ocupacionais, escolas-oficinas e empresas de inserção), criadas na década de 90.

Actualmente, está em curso um processo de revisão, racionalização e sistematização das medidas de política de emprego. Deve salientar-se que, também neste domínio, para responder ao objectivo de tornar o 12.º ano como a qualificação mínima para os jovens, deixará de ser apoiada a contratação de jovens com menos de 23 anos que não tenham concluído o ensino secundário e que não estejam a frequentar uma oferta de educação-formação.

---

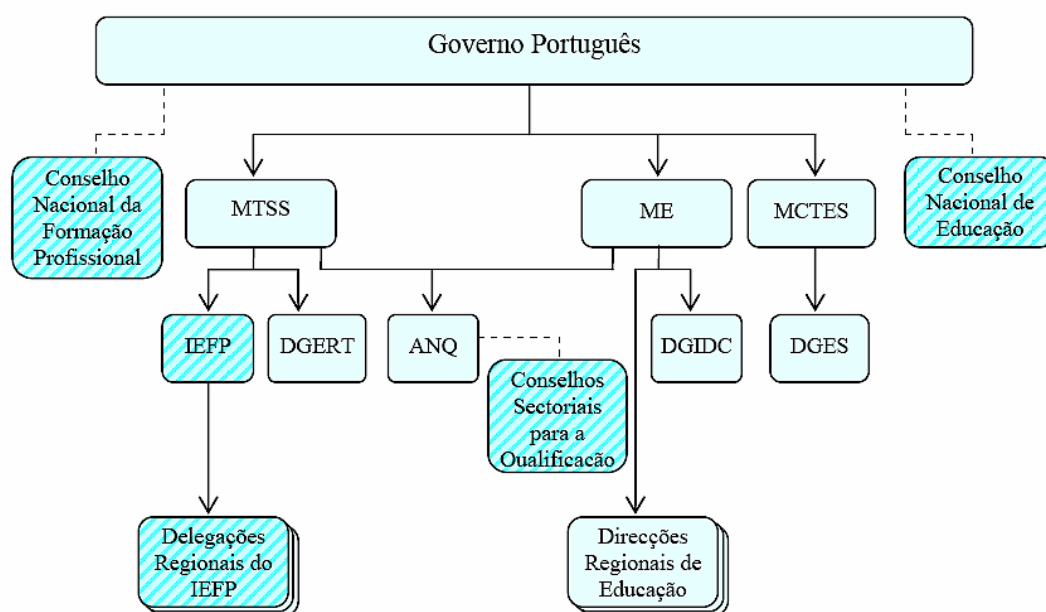
<sup>(5)</sup> [http://portal.iefp.pt/Medidas/medidas/medidas\\_emp/medidas\\_emp\\_e5.htm](http://portal.iefp.pt/Medidas/medidas/medidas_emp/medidas_emp_e5.htm)

### 3. Enquadramento institucional

#### 3.1. Enquadramento administrativo

O sistema de educação e formação em Portugal tem uma administração centralizada no que respeita à definição das grandes linhas de política e às principais orientações curriculares, pedagógicas e financeiras. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira têm competências próprias neste domínio, embora sujeitas às grandes orientações nacionais.

Figura 3: Principais intervenientes na administração do sistema de educação e formação



— relação directa - - - - relação de consultoria órgãos ou serviços em que participam os parceiros sociais.

MTSS: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

ME: Ministério da Educação

MCTES: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

IEFP: Instituto do Emprego e Formação profissional

DGERT: Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

ANQ: Agência Nacional para a Qualificação

DGIDC: Direcção-Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular

DGES: Direcção-Geral do Ensino Superior

Fonte: DGERT, 2007.



### **3.1.1. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) tem por missão, nomeadamente, a definição, condução e execução das políticas de emprego, de formação profissional, de relações laborais e condições de trabalho e de segurança social. Prossegue as suas atribuições através de serviços centrais, regionais, locais e de órgãos consultivos.

A nível central, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) tem como competências, nomeadamente, a preparação de medidas de política, legislação e regulamentação relativas ao emprego e à formação profissional, a participação na definição de estratégias de desenvolvimento dessas políticas nos contextos nacional e comunitário, e a definição de critérios, avaliação da qualidade e acreditação dos organismos de formação.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), é o serviço público de emprego nacional ao qual compete a execução das políticas activas de emprego, nomeadamente as de formação profissional. Exerce as suas competências através de cinco delegações regionais e de órgãos executivos locais: 31 Centros de Formação Profissional de Gestão Directa, 86 Centros de Emprego, 1 Centro de Reabilitação Profissional de Gestão Directa. O IEFP participa em 26 Centros de Formação Profissional de Gestão Participada e em 2 Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Participada que são constituídos através de acordos com associações empresariais ou sindicais e têm como objectivo a promoção de acções formativas de natureza profissional sectorial (ver Glossário).

A administração da formação profissional compete, no caso da Região Autónoma dos Açores, à Secretaria Regional da Educação e Ciência e, no caso da Região Autónoma da Madeira, à Secretaria Regional de Educação.

### **3.1.2. Ministério da Educação**

O Ministério da Educação (ME) tem por missão definir, coordenar, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação de adultos, bem como articular, no âmbito das políticas nacionais de promoção da qualificação da população, a política nacional de educação e a política nacional de formação profissional. As atribuições do ME são desenvolvidas pelos serviços centrais, regionais e locais, com o apoio de órgãos de natureza consultiva onde participam os parceiros sociais.

A nível central, a Direcção-Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular (DGIDC) apoia a definição das políticas relativas às componentes pedagógicas e didácticas, e assegura a sua concretização, definindo os planos de estudo, os objectivos e os conteúdos curriculares essenciais.

No âmbito da Lei Orgânica do ME <sup>(6)</sup>, foi reestruturada a Direcção-Geral de Formação Vocacional, dando origem à Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (ANQ), um organismo de tutela repartida entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, que tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências.

A nível regional, compete às cinco Direcções Regionais de Educação (DRE), nomeadamente, coordenar e apoiar a organização e o funcionamento das escolas e a gestão dos respectivos recursos humanos e materiais, participar no planeamento da rede escolar e cooperar com outros serviços, organismos e entidades, tendo em vista a realização de acções conjuntas em matéria de educação e formação profissional.

Os estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar, básico e secundário constituem a rede, a nível local, do ME.

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a administração educativa é uma responsabilidade das respectivas Secretarias Regionais de Educação.

### **3.1.3. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

A política nacional para a ciência, a tecnologia e o ensino superior, bem como para a sociedade da informação, encontra-se sob a égide do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), que tem por missão definir, executar e avaliar o desenvolvimento das políticas nesta área. Prossegue as suas atribuições através de serviços centrais, com o apoio de órgãos consultivos e tutela ainda a rede pública de estabelecimentos de ensino superior.

## **3.2. Enquadramento legislativo**

Em Portugal, o enquadramento legal da educação e formação profissional tem como referência a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) <sup>(7)</sup>, que estabeleceu, em 1986, o quadro geral de todo o sistema.

---

<sup>(6)</sup> Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro.

<sup>(7)</sup> Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.

Em 2001, a intervenção legislativa na política educativa foi objecto de uma revisão que estabeleceu os princípios orientadores da organização e da gestão dos *curricula* do ensino básico <sup>(8)</sup>, bem como da avaliação das aprendizagens. A revisão da legislação do ensino básico traduziu um dos objectivos estratégicos do Governo, entendendo este nível de ensino como o início do processo de educação e formação ao longo da vida.

Em 2004, no âmbito da reforma do ensino secundário <sup>(9)</sup> (2004), foram estabelecidos os princípios orientadores da organização e da gestão dos *curricula*, bem como da avaliação e da certificação dos cursos de nível secundário de educação.

O enquadramento legislativo da educação e formação profissional <sup>(10)</sup>, em vigor desde 1991, está em processo de revisão global. O novo quadro normativo será aprovado durante 2007, sendo criado o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ). Este sistema reestrutura a formação profissional inserida no sistema educativo e a inserida no mercado de trabalho, integrando-as como objectivos e instrumentos comuns e sob um enquadramento institucional renovado.

No âmbito deste sistema é criado, nomeadamente, quer o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) enquanto instrumento de gestão estratégico das qualificações e que vai regular toda a oferta de formação de dupla certificação, quer o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) que define a estrutura de níveis, tendo em conta o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ).

O SNQ irá integrar também os Centros Novas Oportunidades que dão continuidade aos centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), criados em 2001 <sup>(11)</sup>,

No que diz respeito ao ensino superior, a LBSE foi objecto de duas revisões <sup>(12)</sup>. A primeira clarifica aspectos relativos ao acesso ao ensino superior, aos graus académicos e à docência e a segunda adopta o Sistema Europeu de Transferência de Créditos <sup>(13)</sup>.

### 3.3. Papel dos parceiros sociais

A LBSE consigna e institucionaliza a participação dos parceiros sociais ao nível da educação e formação profissional.

---

<sup>(8)</sup> Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro.

<sup>(9)</sup> Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, com as respectivas alterações e rectificações: Declaração de Rectificação n.º 44/2004, de 25 de Maio; Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro; Declaração de Rectificação n.º 23/2006, de 7 de Abril; Decreto-Lei 272/2007, de 26 de Julho.

<sup>(10)</sup> Decreto-Lei n.º 401/91, de 16 de Outubro, regula a formação profissional inicial no âmbito do ME; Decreto-Lei n.º 405/91, de 16 de Outubro, regula a formação profissional inicial no âmbito do MTSS.

<sup>(11)</sup> Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro.

<sup>(12)</sup> Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

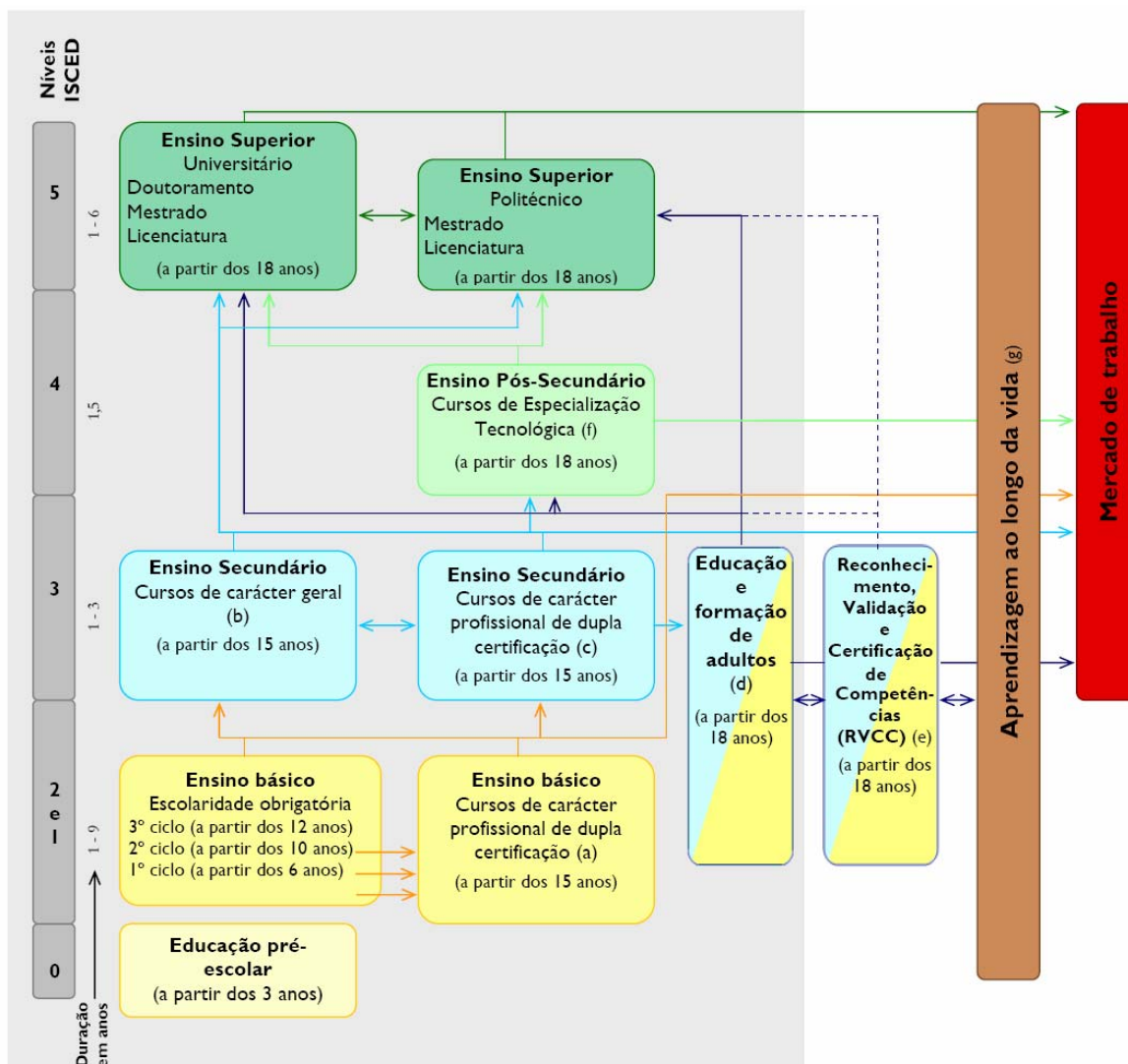
<sup>(13)</sup> European Credit Transfer System (ECTS).

Nos órgãos de consulta e de concertação social (de composição tripartida) – Conselho Económico e Social, Conselho Nacional da Formação Profissional, Conselho Nacional de Educação –, os parceiros sociais intervêm na definição global das políticas e no seu acompanhamento, emitindo pareceres e recomendações. No quadro da concertação social, foram assinados acordos em vários domínios de políticas, incluindo a educação e a formação profissional.

Os parceiros sociais também têm assento nas administrações, nos conselhos gerais e nas comissões de acompanhamento dos organismos oficiais responsáveis pela execução, pelo acompanhamento e pelo financiamento das políticas de formação profissional: no Conselho de administração, na Comissão de fiscalização, nos conselhos consultivos regionais e nos conselhos consultivos dos centros de formação profissional do IEF; no Conselho Geral do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE); no Conselho Geral da ANQ e nos conselhos sectoriais para a qualificação que vão funcionar junto desta Agência.

Não obstante o facto do papel dos parceiros sociais ser de nível essencialmente consultivo e de aconselhamento, nos órgãos onde estão representados, a sua actuação, no âmbito das políticas de educação e formação, não se esgota a esse nível. Com efeito, os parceiros sociais são responsáveis pela execução de diversas actividades formativas que servem as políticas nacionais preconizadas. Para além de toda a formação levada a cabo nos centros de gestão participada que gerem com o IEF, é também exemplo da sua intervenção, toda a formação realizada no âmbito dos “Planos Integrados de Formação”, uma modalidade que consiste num conjunto estruturado de acções, promovida e coordenada pelos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), executada por eles e por organizações sectoriais e regionais suas associadas. Esta modalidade segue e aplica muitas das directrizes preconizadas pelo PNE.

Figura 4: Sistema de educação e formação profissional em Portugal



(a) Incluem os cursos de aprendizagem e os cursos de educação e formação para jovens, em ambos os casos se não concluíram o ensino básico.

(b) Incluem os cursos científico-humanísticos (ciências e tecnologias; ciências socioeconómicas; ciências sociais e humanas; línguas e literaturas; artes visuais).

(c) Incluem os cursos profissionais, cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação para jovens, cursos tecnológicos e cursos artísticos especializados.

(d) Inclui os cursos de educação e formação de adultos, que conferem dupla certificação – habilitação escolar e qualificação de nível básico e secundário.

(e) Sistema que permite aos adultos o reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico e secundário e a atribuição de uma qualificação.

(f) Os cursos de especialização tecnológica permitem o prosseguimento de estudos, sendo a formação realizada creditada no âmbito do curso superior em que o titular do diploma de especialização tecnológica seja admitido.

(g) Inclui a formação contínua cujas competências podem ser reconhecidas pelo sistema de RVCC.

Educação pré-escolar
  Ensino básico
  Ensino secundário
  Ensino pós-secundário
  Ensino superior
  Aprendizagem ao longo da vida
  Mercado de trabalho

Fonte: DGERT, 2007.



## **4. Educação e formação profissional inicial**

### **4.1. Enquadramento**

O sistema de educação e formação profissional português baseia-se num conjunto de princípios que visam facilitar e assegurar o direito à educação e formação e garantir a igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolares <sup>(14)</sup>.

O sistema está estruturado em ensino pré-escolar, básico, secundário, pós-secundário não superior e superior.

O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, tem a duração de 9 anos lectivos, inicia-se aos 6 anos de idade e termina aos 15, de acordo com a LBSE <sup>(14)</sup>. Estrutura-se em três ciclos sequenciais e progressivos e a sua conclusão com aproveitamento confere um diploma que certifica o cumprimento da escolaridade básica obrigatória.

O ensino secundário tem a duração de três anos, num ciclo único, e inicia-se aos 15 anos de idade. Pode ser completado quer através dos cursos científico-humanísticos, de carácter geral, mais vocacionados para o prosseguimento de estudos, quer através de cursos de carácter profissional, a saber, cursos profissionais, cursos do sistema de aprendizagem, cursos de educação e formação, cursos artísticos especializados, cursos tecnológicos, cursos do educação de adultos, que qualificam para a inserção no mercado de trabalho mas que também permitem o prosseguimento de estudos.

O ensino pós-secundário não superior organiza-se através da oferta de cursos de especialização tecnológica (CET), que preparam para o exercício profissional qualificado e a sua conclusão com sucesso confere um diploma de especialização tecnológica. Os CET estão organizados em unidades de crédito que são transferíveis para os cursos do ensino superior que lhes facultam o acesso.

O ensino superior, com a adesão ao Processo de Bolonha <sup>(15)</sup>, está a sofrer uma profunda reestruturação quer a nível curricular, quer do sistema de avaliação e dos graus académicos. A idade normal de ingresso neste grau de ensino situa-se nos 18 anos.

Portugal aplica desde 1985 a estrutura de cinco níveis de formação (ISCED) <sup>(16)</sup>. Estes níveis ganharam visibilidade e são reconhecidos e aceites pela generalidade dos actores dos sistemas de educação e formação profissional, bem como pelos parceiros sociais e pelas empresas. O

---

<sup>(14)</sup> Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (LBSE, Lei de Bases do Sistema Educativo).

<sup>(15)</sup> Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

<sup>(16)</sup> Decisão do Conselho, de 16 de Julho de 1985, relativa à correspondência de qualificações de formação profissional entre Estados-membros das Comunidades Europeias (Decisão 85/368/CEE).

Quadro Nacional das Qualificações (QNQ) vai definir os novos níveis de qualificação nacionais, de acordo com o Quadro Europeu das Qualificações (EQF).

## **4.2. Modalidades de educação e formação profissional inicial de nível secundário**

Ao completar o ensino básico, os jovens que ingressam no ensino secundário podem optar por cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos, ou por cursos profissionalmente qualificantes orientados numa dupla perspectiva: a preparação para o exercício da actividade profissional inicial e para o prosseguimento de estudos. A oferta formativa disponibilizada pelos cursos profissionalmente qualificantes é a seguinte:

### **4.2.1. Cursos profissionais**

Constituem uma oferta diversificada de formação de nível secundário, preparando preferencialmente para a inserção no mercado de trabalho.

Os cursos profissionais têm a duração de três anos lectivos e organizam-se em módulos de duração variável, combináveis entre si, integrando três componentes de formação: sociocultural, científica e técnica. Esta componente técnica varia de curso para curso e corresponde aproximadamente a 52% do total de horas de formação, das quais 13% são referentes à formação em contexto de trabalho.

A conclusão destes cursos confere uma qualificação profissional de nível 3 e um diploma escolar de nível secundário, permitindo também o prosseguimento de estudos. Estes cursos são disponibilizados pela rede de escolas públicas do ME e pelas escolas profissionais, maioritariamente privadas.

### **4.2.2. Sistema de aprendizagem**

Os cursos do sistema de aprendizagem <sup>(17)</sup> – formação profissional inicial em alternância – destinam-se a jovens entre os 15 e os 25 anos de idade, e são da iniciativa do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., (IEFP, ver 3.1.2). Visam qualificar candidatos ao primeiro emprego, por forma a facilitar a sua integração na vida activa, através de perfis de formação que contemplam uma tripla valência: reforço das competências académicas, pessoais, sociais e relacionais, aquisição de saberes no domínio científico-tecnológico e uma sólida experiência na empresa.

---

<sup>(17)</sup> Decreto-Lei n.º 205/96, de 25 de Outubro.

Os itinerários de aprendizagem organizam-se em 14 áreas de formação: gestão/administração secretariado e trabalho administrativo; comércio; pescas; cerâmica; finanças banca e seguros; têxtil, vestuário e calçado; electrónica e automação; electricidade e energia; madeira e mobiliário; construção e reparação de veículos a motor; metalurgia e metalomecânica; artesanato; sector agrícola; construção civil.

É estabelecido entre o formando e a entidade formadora um contrato de aprendizagem (ver Glossário) que estipula os direitos e deveres de ambas as partes.

Os cursos de aprendizagem têm uma duração que varia consoante a sua tipologia e integram as seguintes componentes de formação: sociocultural, científico-tecnológica e prática (sendo esta realizada em contexto de trabalho e correspondendo, pelo menos, a 30% da duração total do curso). Esta última é acompanhada por um tutor designado pela entidade responsável pela formação em contexto de trabalho.

No final do processo formativo, os formandos obtêm uma qualificação profissional de nível 2 e uma habilitação escolar do 3º ciclo do ensino básico ou uma qualificação profissional de nível 3 e uma habilitação escolar de nível ensino secundário, dependendo do perfil de entrada. Os cursos de aprendizagem também permitem o prosseguimento de estudos.

#### **4.2.3. Cursos de educação e formação**

No âmbito das formações iniciais qualificantes, os cursos de educação e formação<sup>(18)</sup> destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15, que abandonaram ou estão em risco de abandonar o sistema regular de ensino, bem como àqueles que, após conclusão dos 12 anos de escolaridade, pretendam adquirir uma qualificação profissional.

É uma modalidade de formação diversificada, flexível e perspectivada como complementar face às modalidades existentes, com o objectivo de assegurar um *continuum* de formação estruturada em patamares sequenciais de entrada e saída, que permitam a aquisição progressiva de níveis mais elevados de qualificação.

Compreendem quatro componentes de formação: sociocultural, científica, tecnológica e prática. Têm uma duração mínima de 1 125 e máxima de 2 276 horas.

Conferem uma certificação escolar equivalente ao 9.º ou 12.º ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 2 ou 3, permitindo prosseguimento de estudos no nível subsequente. A frequência de um curso, sem a sua conclusão, pode ser creditada, a pedido dos interessados, através da análise curricular, para efeitos de prosseguimento de estudos.

---

<sup>(18)</sup> Criados pelo Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho.

Estes cursos são disponibilizados pela rede de escolas públicas do ME, estabelecimentos do ensino particular e cooperativo (ver Glossário), centros de formação profissional do IEFPP e entidades formadoras acreditadas.

#### **4.2.4. Cursos artísticos especializados**

Constituem uma oferta de formação profissionalmente qualificante, vocacionados para a área artística nos domínios das artes visuais e dos audiovisuais, conferindo uma certificação escolar de nível secundário e uma qualificação profissional de nível 3. Os domínios da música e da dança têm, ainda, planos de estudo com uma organização curricular distinta e conferem apenas uma certificação escolar de nível secundário. Estes cursos são disponibilizados pela rede de escolas públicas do ME.

#### **4.2.5. Cursos tecnológicos**

Estes cursos caracterizam-se pela sua natureza técnica e tecnológica, são profissionalmente qualificantes, visando, prioritariamente, o ingresso no mercado de trabalho, mas permitindo também o prosseguimento de estudos.

Têm a duração de três anos lectivos, correspondendo aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade e a sua matriz curricular compreende as componentes de formação geral, científica e tecnológica, que inclui para cada curso duas disciplinas estruturantes (que garantem a aquisição dos conhecimentos considerados mais significativos), duas disciplinas de natureza técnica e tecnológica, uma disciplina de natureza prática ou teórico-prática e uma área tecnológica integrada que engloba uma disciplina de especificação, o projecto tecnológico e o estágio (formação em contexto de trabalho). O estágio tem a duração de 240 horas, que correspondem a 216 horas de formação efectiva na entidade de estágio e a 24 horas de gestão flexível da responsabilidade do professor orientador e dos alunos formandos.

São oferecidos pela rede de escolas públicas do ME. A conclusão com aproveitamento confere um diploma do ensino secundário e certificação profissional de nível 3.

#### **4.2.6. Cursos tecnológicos e artísticos especializados do ensino de adultos**

Integram-se numa modalidade especial de educação escolar, no âmbito do ensino secundário, constituindo, prioritariamente, uma segunda oportunidade de formação para adultos. Permitem a conciliação da frequência de estudos com uma actividade profissional.

Caracterizam-se pela flexibilidade e adaptabilidade à disponibilidade, aos conhecimentos e às experiências dos indivíduos, traduzindo-se num sistema de unidades capitalizáveis. O plano curricular de cada curso, com um referencial de tempo escolar de 3 anos, integra as componentes de formação geral, científica específica e tecnológica, técnica ou artística.

Os cursos tecnológicos e artísticos do ensino secundário de adultos conferem um diploma de conclusão do nível secundário de educação e uma certificação profissional de nível 3, possibilitando o acesso ao ensino superior através do cumprimento dos requisitos previstos nas respectivas regras de candidatura. Estes cursos são disponibilizados pela rede de escolas públicas do ME.

#### **4.2.7. Outras ofertas formativas**

Existem outras ofertas formativas com incidência sectorial, nomeadamente no sector do Turismo. As Escolas de Hotelaria e Turismo, sob tutela do Ministério da Economia e da Inovação (MEI), desenvolvem e apoiam acções de formação inicial com diversos níveis de qualificação e saídas profissionais, com vista a responder às necessidades de qualificação do sector turístico. A duração depende do tipo de curso frequentado (de 1 a 3 anos lectivos). Permite também o prosseguimento de estudos, preferencialmente para os cursos pós-secundários de especialização tecnológica ou para o ensino superior politécnico.

### **4.3. Educação e formação profissional de nível pós-secundário (não superior)**

Os Cursos de especialização tecnológica (CET) constituem formações pós-secundárias não superiores. São destinatários desta modalidade de formação:

- os titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente (por exemplo, os cursos de aprendizagem ou os cursos profissionais);
- os que tendo obtido aprovação em todas as disciplinas dos 10.º e 11.º anos ou tendo estado inscritos no 12.º ano de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente não o tenham concluído;
- os titulares de uma qualificação profissional do nível 3;
- os titulares de um diploma de especialização tecnológica ou de um grau ou diploma de ensino superior que pretendam a sua requalificação profissional.

Podem igualmente candidatar-se à inscrição num CET num estabelecimento de ensino superior os indivíduos com idade igual ou superior a 23 anos aos quais, com base na experiência, aquele reconheça capacidades e competências que os qualifiquem para o ingresso no CET em causa.

Os percursos formativos variam em função das características dos projectos e dos perfis dos participantes e privilegiam uma estrutura curricular acentuadamente profissionalizante que integra as componentes de formação geral, científica, tecnológica e prática em contexto de trabalho. Esta última desenvolve-se em parceria, cabendo à instituição de formação celebrar protocolos, acordos ou outras formas de parceria com empresas, associações empresariais ou

socioprofissionais ou outras organizações que melhor se adequem à especificidade da área de formação.

A conclusão com aproveitamento do curso confere um diploma de especialização tecnológica, uma certificação profissional de nível 4, e permite o prosseguimento de estudos no ensino superior através de concurso especial<sup>(19)</sup> competindo a cada estabelecimento de ensino superior fixar para cada curso quais os CET que lhe facultam ingresso. A formação realizada nos CET confere unidades de crédito (ECTS) transferíveis para o curso superior ao qual o CET dá acesso.

A oferta de CET estende-se a todo o país, sendo organizados em escolas públicas, privadas e cooperativas e centros de formação reconhecidos e dependentes directamente do MCTES, do ME, do MTSS e do MEI (ver Anexo 1).

## **4.4. Ensino superior**

O ensino superior, no actual quadro da LBSE (ver 3.2), é constituído pelo ensino superior universitário e pelo ensino superior politécnico.

A LBSE estabelece um conjunto de objectivos comuns, mas diferencia as duas vias de ensino ao sublinhar que às universidades compete “o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica” (art. 11.º, n.º 3), enquanto que aos institutos politécnicos compete “ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais” (art. 11.º, n.º 4).

O ensino superior universitário realiza-se em universidades ou em escolas ou institutos universitários não integrados.

A rede de estabelecimentos públicos de ensino superior universitário é actualmente constituída por 14 universidades, um instituto universitário não integrado e quatro instituições universitárias de ciências militares e policiais. A rede de estabelecimentos públicos integra também a Universidade Aberta que possibilita o ensino a distância.

A rede de estabelecimentos de ensino superior universitário particular e cooperativo é actualmente constituída por 15 universidades e 41 escolas universitárias não integradas (ver Glossário).

O ensino superior concordatário é constituído pela Universidade Católica Portuguesa, que integra 18 unidades orgânicas de ensino, designadas por faculdades, instituições ou escolas, e goza de estatuto próprio ao abrigo da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé.

---

<sup>(19)</sup> Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro.

O ensino superior politécnico é ministrado em institutos politécnicos que integram duas ou mais escolas superiores.

A rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico público compreende actualmente 15 institutos politécnicos e ainda 21 escolas superiores e politécnicos não integrados nestes institutos.

A rede de estabelecimentos de ensino superior politécnico particular e cooperativo integra seis institutos superiores politécnicos com diversas unidades orgânicas, designadamente escolas superiores, institutos ou academias.

O grau de autonomia das instituições do ensino superior é muito elevado. Contudo, o acesso está condicionado pelo número fixo de vagas estabelecidas anualmente a nível nacional (números *clausus*), com intervenção do MCTES, responsável pela política do ensino superior.

O ensino superior tem como condição necessária de acesso a prévia titularidade de um diploma de ensino secundário ou equivalente ou de um diploma de ensino pós-secundário não superior. Também tem acesso ao ensino superior candidatos com idade superior a 23 anos mediante condições especiais de acesso definidas em diploma legal <sup>(20)</sup>.

No âmbito do ensino superior e no quadro de aplicação do Processo de Bolonha <sup>(21)</sup> (ver Capítulo 2) estão em curso alterações significativas, particularmente as que dizem respeito aos ciclos de estudo e de graus académicos, de forma a conferir-lhes maior comparabilidade, a facilitar o reconhecimento mútuo e a promover a mobilidade.

O grau de licenciado (1.º ciclo) e de mestre (2.º ciclo) pode ser conferido quer por estabelecimentos de ensino superior universitário quer por estabelecimentos de ensino superior politécnico. O grau de doutor é conferido unicamente pelas instituições universitárias.

No domínio curricular, em matéria de metodologias de ensino as instituições de ensino superior gozam de ampla autonomia pedagógica, sendo os planos curriculares da responsabilidade de cada uma das instituições de ensino que os ministram; o ensino universitário e o ensino politécnico estão, aliás, articulados entre si pelo reconhecimento mútuo do valor da formação e competências adquiridas em cada unidade e ainda através de um sistema de créditos baseado na análise dos planos de estudos.

---

<sup>(20)</sup> Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março.

<sup>(21)</sup> Decreto-Lei n.º 74/06, de 24 de Março.

## **5. Educação e formação profissional contínua**

### **5.1. Enquadramento**

O sistema de educação e formação profissional contínua em Portugal dispõe de um conjunto de percursos formativos flexíveis, que permitem a construção de uma qualificação profissional em função dos interesses e necessidades dos destinatários. Tem por objectivo a aquisição ou o desenvolvimento de conhecimentos e competências nos domínios técnico e social, com vista à progressão ou à reintegração dos indivíduos no mercado de trabalho.

O Catálogo Nacional de Qualificações<sup>(22)</sup> (ver 8.3) integra referenciais de formação organizados em unidades de curta duração, capitalizáveis e que permitem a certificação autónoma de competências, facilitando a diversidade e a flexibilização da oferta de formação contínua.

### **5.2. Modalidades de educação e formação profissional contínua**

As principais modalidades de formação contínua e de educação e formação de adultos são dirigidas a adultos activos, empregados, desempregados ou em risco de desemprego e a grupos em risco de exclusão. Compreendem a seguinte oferta formativa:

#### **5.2.1. Cursos de educação e formação de adultos**

Os Cursos de educação e formação de adultos (EFA) destinam-se a adultos maiores de 18 anos, não qualificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho. O processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC, ver 8.3) constitui a plataforma preferencial de acesso a estes cursos.

Têm como objectivo elevar os níveis de habilitação escolar e qualificação profissional da população adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida. Estes cursos têm por base:

- percursos flexíveis de formação definidos a partir de processos de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas pelos adultos por via formal, não formal e informal;
- percursos formativos desenvolvidos de forma articulada, integrando uma formação de base, uma formação tecnológica, ou apenas a primeira;

---

<sup>(22)</sup> [http\\: www.catalogo.anq.gov.pt](http://www.catalogo.anq.gov.pt)



- o desenvolvimento de formação centrada em processos de aquisição de saberes e competências que complementem e promovam as aprendizagens.

Proporcionam uma certificação de 3.º ciclo do ensino básico e de nível 2 de formação profissional ou uma certificação do ensino secundário e de nível 3 de formação profissional. A realização de um curso EFA que não permita obtenção de uma certificação dá lugar à emissão de certificado de validação de competências, com o registo de todas as competências validadas durante o percurso formativo.

Os cursos EFA são desenvolvidos pelas respectivas entidades promotoras ou por entidade terceira, devendo as mesmas, em ambos os casos, fazer parte da rede de entidades formadoras que vierem a integrar o sistema nacional de qualificações. Os cursos EFA que conferem apenas habilitação escolar são desenvolvidos exclusivamente por estabelecimentos de ensino público ou privados ou cooperativos com autonomia pedagógica e por centros de formação profissional de gestão directa ou participada (ver Glossário) sob coordenação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

### **5.2.2. Outras ofertas formativas**

Ao nível da formação profissional contínua são ainda disponibilizadas outras ofertas formativas, dirigidas a activos, empregados e desempregados, desenvolvidas quer por entidades públicas quer por entidades privadas, nomeadamente:

- cursos de qualificação e reconversão,
- cursos de especialização profissional,
- cursos de reciclagem, actualização e aperfeiçoamento,
- cursos de desenvolvimento organizacional e gestão.

Os percursos destas ofertas formativas caracterizam-se, nomeadamente, por serem constituídos por unidades ou módulos às quais correspondem competências validáveis para efeitos de certificação, numa lógica de formação ao longo da vida. São geralmente traçados à medida das necessidades e de contextos específicos das organizações e dos trabalhadores, servindo designadamente de suporte à introdução de novos equipamentos, tecnologias e modelos organizacionais, com vista à modernização das empresas, particularmente as PME; facilitam a experimentação e implementação de novos métodos de produção e formas de organização do trabalho.

A formação profissional contínua de incidência sectorial é desenvolvida, nomeadamente, pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Economia e Inovação (para o sector do turismo).

### **5.3. Formação para grupos com especiais dificuldades de inserção**

Outras ofertas de formação, para além das referenciadas no ponto anterior, são dirigidas exclusivamente a grupos com dificuldades especiais de inserção no mercado de trabalho e são promovidas principalmente pelo IEFP (ver 3.1.2):

#### **5.3.1. Cursos de formação profissional de grupos desfavorecidos**

Constituem acções específicas de orientação e formação profissional adaptadas às necessidades particulares do grupo-alvo, com vista a potenciar a sua (re)inserção socioprofissional. Destacam-se, neste contexto, os activos desempregados de longa duração, as minorias étnicas, os grupos de imigrantes, os jovens e adultos com baixos níveis de literacia e com competências pessoais, sociais e profissionais inadequadas ou insuficientes, bem como outras pessoas que pela sua situação socioeconómica ou pelos seus comportamentos e atitudes revelam dificuldades acrescidas ao nível da inserção socioprofissional.

#### **5.3.2. Cursos de formação profissional especial**

Constituem acções de formação profissional (especial) dirigidas a públicos específicos – jovens em risco, toxicodependentes, ex-reclusos, minorias étnicas e outros grupos populacionais desfavorecidos – e que lhes permitam obter uma qualificação profissional essencial para o exercício de uma actividade no mercado de trabalho.

#### **5.3.3. Portugal Acolhe**

Têm como objectivo promover competências de suporte ao processo de inserção dos imigrantes na sociedade portuguesa, em particular no mercado de trabalho, e destina-se a imigrantes legalizados. As medidas que integram este programa são desenvolvidas em cooperação entre o IEFP e os parceiros sociais.

#### **5.3.4. Formação profissional de pessoas com deficiência**

Visam dotar as pessoas com deficiência de conhecimentos e competências necessárias à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permita alcançar e/ou manter um emprego e/ou progredir profissionalmente no mercado de trabalho. Esta formação é individualizada – assente em planos individuais de formação – e têm uma duração máxima de 4 anos, podendo excepcionalmente serem acrescidas de um ano.

## **5.4. Educação e formação profissional contínua de iniciativa empresarial ou dos parceiros sociais**

O envolvimento dos parceiros sociais no desenvolvimento da formação profissional contínua ganhou um apoio reforçado com a assinatura do Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação (2001) e com a implementação do Código do Trabalho (2003) <sup>(23)</sup>.

O Código veio consagrar o dever do empregador abranger, em cada ano, pelo menos 10% dos trabalhadores com contrato sem termo em acções de formação, bem como o direito de cada trabalhador beneficiar de um número mínimo anual de 35 horas de formação certificada.

De referir que são concedidos apoios financeiros às empresas desde que inseridos em projectos de modernização e de melhoria das qualificações dos trabalhadores, conforme previsto no eixo 3 do Programa Temático Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

Em termos sectoriais, existe uma dinâmica de oferta de formação profissional contínua, designadamente da responsabilidade do sector privado, empresarial, cooperativo e associativo, sendo o sector financeiro e a indústria transformadora os que tem envolvido maior número de participantes em acções de formação.

Também as empresas que desenvolvem actividades em sectores mais dinâmicos e competitivos apostam no desenvolvimento de competências profissionais dos seus colaboradores em domínios do conhecimento afins ou alinhados com a estratégia e a missão das organizações.

Com alguma frequência, são estabelecidos protocolos de cooperação entre médias e grandes empresas e universidades e institutos politécnicos para o desenvolvimento de programas avançados de formação (habitualmente nos domínios da gestão, das finanças, do marketing e das tecnologias), os quais, respeitando os requisitos das escolas superiores, são congruentes com as necessidades e prioridades dessas mesmas organizações.

O número de trabalhadores em acções de formação profissional contínua apresenta grande variabilidade a nível sectorial e por dimensão de empresa. Os resultados do Inquérito Comunitário à Formação Contínua nas Empresas <sup>(24)</sup> e dos Inquéritos Nacionais sobre a Execução das Acções de Formação Profissional <sup>(25)</sup> têm vindo a mostrar uma evolução positiva da participação dos trabalhadores de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço.

---

<sup>(23)</sup> Aprovado pela Lei n.º 99/2003 de 27 de Julho e regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.

<sup>(24)</sup> Realizado pelo MTSS em 1999. Disponível em <http://www.gep.mtss.gov.pt/estatistica/formacao/fpcontinua1999.pdf>

<sup>(25)</sup> Realizados pelo MTSS de 1992 a 2004. Disponíveis em <http://www.gep.mtss.gov.pt/estatistica/formacao/index.php>

apontavam para 22%. Verificava-se também que o acesso dos trabalhadores à formação profissional é tanto maior quanto mais elevada é a dimensão das empresas.

Para facilitar o acesso dos activos empregados à formação profissional, a iniciativa “Novas Oportunidades” (ver 8.3) enuncia como objectivos neste domínio o alargamento das possibilidades de acesso à formação, através da modularização e ajustamento das ofertas e da adopção de mecanismos de organização e repartição de custos de formação que assegurem, nomeadamente, a efectivação do direito individual à formação e que sejam compatíveis com a competitividade actual e futura das empresas.

## **5.5. Educação e formação profissional contínua de iniciativa individual**

O direito individual à formação profissional é garantido pelo Código de Trabalho (2003), que criou condições objectivas para que o mesmo possa ser exercido, independentemente da situação laboral do trabalhador.

Existe igualmente um programa de atribuição de bolsas para apoio à formação de iniciativa individual que visa melhorar as condições de empregabilidade e de realização do trabalhador através de um apoio à frequência de acções de formação contínua. A atribuição da bolsa de formação varia em função da situação face ao emprego e/ou das áreas de formação. Este programa é promovido pelo IEFP.

No âmbito da administração pública, por seu turno, está previsto o acesso à formação profissional por iniciativa individual desde que corresponda, directa ou indirectamente, às áreas funcionais em que o trabalhador se encontre inserido ou contribua para o aumento da respectiva qualificação.

Em relação aos indivíduos inseridos no mercado de trabalho mas que pretendam continuar a estudar, a legislação consagra o estatuto de trabalhador-estudante (art. 79.º do Código do Trabalho). Decorrente deste estatuto o trabalhador beneficia, nomeadamente, de apoios ao nível da flexibilidade dos horários de trabalho (ou mesmo dispensa de trabalho para frequência de aulas, se justificável) e tem direito a ausentar-se para prestação de provas de avaliação.

## **5.6. A qualidade na formação profissional contínua**

O Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras, criado em 1997, tinha como objectivo principal contribuir para a qualidade na formação profissional contínua. Este sistema de acreditação, actualmente em processo de revisão, vai dar origem ao novo regime de certificação de entidades formadoras que terá por base os princípios estabelecidos no acordo de concertação social sobre a reforma da formação profissional, orientados para a melhoria da

qualidade da formação através do reforço da capacidade das entidades formadoras e do acompanhamento regular da sua actividade.

O actual regime de acreditação sujeito a prazos de validade e a renovação será substituído por um sistema de certificação sem prazo em que a actividade das entidades formadoras será regularmente acompanhada através de auditorias anuais, a cargo de auditores externos qualificados, que estimularão a melhoria gradual da respectiva actividade, mas na sequência das quais as situações de incumprimento detectadas poderão dar lugar à revogação da acreditação.

A acreditação das entidades formadoras, embora permaneça facultativa, é um requisito essencial para efeito de acesso a financiamento público da respectiva actividade formativa, bem como para considerar certificada a formação profissional que realizam.

## **6. Formação de professores e formadores**

### **6.1. Formação de professores**

O desafio da qualificação dos portugueses exige um corpo de profissionais cada vez mais qualificado. A sua preparação reveste-se de carácter estratégico e, no caso da educação e formação ganha particular acuidade, pois do desempenho destes profissionais depende, em grande medida, os resultados e o sucesso das aprendizagens.

É neste contexto que se procedeu, em Fevereiro de 2007, à revisão das condições de atribuição de habilitação para a docência<sup>(26)</sup> e, conseqüentemente, de acesso ao exercício da actividade docente na educação básica e no ensino secundário.

A posse de habilitação profissional para a docência constitui condição indispensável para o desempenho docente, nos ensinos público, particular e cooperativo e nas áreas curriculares ou disciplinas abrangidas por esse domínio.

O acesso ao exercício profissional da docência exige uma formação correspondente a dois ciclos de estudo de nível superior, podendo ser ministrada pelos estabelecimentos do ensino universitário e politécnico.

Os ciclos de estudos incluem as seguintes componentes de formação (ver Glossário), visando assegurar a sua adequada integração em função das exigências do desempenho profissional: formação educacional geral, didácticas específicas, iniciação à prática profissional, formação cultural, social e ética, formação em metodologias de investigação educacional, formação na área de docência.

A componente de formação educacional geral abrange os conhecimentos, capacidades, atitudes e competências no domínio da educação relevantes para o desempenho de todos os professores no contexto da escola, na relação com a comunidade e na participação e desenvolvimento de metodologias de ensino.

A componente de didácticas específicas abrange os conhecimentos, capacidades, atitudes e competências relativas ao ensino nas áreas curriculares ou disciplinas e nos ciclos ou níveis de ensino do respectivo domínio de habilitação para a docência.

As actividades integradas na componente de iniciação à prática profissional incluem a prática de ensino supervisionada, correspondendo esta última ao estágio de natureza profissional. Esta componente está concebida numa perspectiva de desenvolvimento profissional, visando

---

<sup>(26)</sup> Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro.

o desempenho dos futuros professores e promovendo uma postura crítica e reflexiva em relação aos desafios, processos e desempenhos do quotidiano profissional.

A componente de formação cultural, social e ética abrange, nomeadamente, a preparação para as áreas curriculares não disciplinares e a reflexão sobre as dimensões ética e cívica da actividade docente.

A componente de formação em metodologias de investigação educacional visa criar nos futuros docentes a atitude investigativa e de análise crítica no desempenho profissional.

A componente de formação na área de docência visa garantir a formação académica adequada às áreas curriculares ou disciplinas abrangidas pelo respectivo domínio de habilitação.

Relativamente à formação contínua dos professores, esta é indispensável para a obtenção dos créditos necessários para efeitos de progressão na carreira. Esta formação pode ser facultada em universidades ou outras instituições de educação superior, em associações ou sindicatos de professores e centros de formação das associações de escolas.

Os professores do ensino público são funcionários do Estado, podendo leccionar nos estabelecimento de ensino, em centros de formação profissional públicos e privados, nomeadamente nas escolas profissionais e no sistema de aprendizagem.

## **6.2. Formação de formadores**

O grande desafio que se coloca actualmente à formação de formadores e de outros profissionais de formação é o de introduzir níveis de inovação que se revelem eficazes e que sustentem uma política de formação de qualidade, numa perspectiva de formação ao longo da vida e de construção da sociedade do conhecimento, de acordo com os objectivos estratégicos definidos no âmbito da iniciativa “Novas Oportunidades” e da reforma da formação profissional.

O exercício da actividade de formador requer formação científica, técnica, tecnológica, e prática, e a conclusão com aproveitamento do Curso de formação pedagógica inicial de formadores, que confere o direito à posse de um Certificado de Aptidão Pedagógica (CAP) de formador <sup>(27)</sup>.

Esta formação inicial está estruturada em três grandes eixos de intervenção pedagógica. O primeiro, orientado para o desenvolvimento de competências pessoais e inter-relacionais em contexto de formação; o segundo, dirigido para a aquisição de competências técnicas visando a operacionalização da formação e o terceiro, orientado para a mobilização das competências desenvolvidas ao longo do processo pedagógico.

---

<sup>(27)</sup> Decreto Regulamentar n.º 26/97, de 18 de Junho, e pela Portaria n.º 1119/97, de 5 de Novembro.

A formação pedagógica continua de formadores estrutura-se em conjuntos de competências relativas a determinadas funções desempenhadas pelos formadores, nomeadamente, nos domínios da gestão, concepção, programação e do desenvolvimento da formação.

O IEFP, através do Centro Nacional de Qualificação de Formadores, é o organismo a quem compete especificamente a concepção e a validação dos planos e programas, metodologias e recursos didáticos para a formação inicial e continua de formadores. No entanto, outras entidades formadoras, públicas e privadas, promovem também a formação inicial e contínua dos profissionais da formação, tendo por base os referenciais estabelecidos pelo IEFP.

Este Instituto, enquanto maior operador da formação profissional a nível nacional, é o organismo que envolve na sua actividade formativa um elevado número destes profissionais. Contudo, os formadores podem também exercer a sua actividade no âmbito dos cursos de educação e formação de adultos, tutelados pelo ME, ministrando a componente de formação profissionalizante.

A actividade dos formadores está regulamentada desde 1994 <sup>(28)</sup> e o número de formadores certificados era aproximadamente 160 mil, em Março de 2006.

---

<sup>(28)</sup> Decretos Regulamentares n.º 66/94, de 18 de Novembro e n.º 26/97, de 18 de Junho e Portaria n.º 1119/97, de 5 de Novembro.



## **7. Desenvolvimento de aptidões e de competências**

### **7.1. Antecipação de necessidades de competências**

Entre 1997 e 2006 e no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), foram realizados estudos sobre a evolução das qualificações e diagnósticos das necessidades de formação para 29 sectores de actividade <sup>(29)</sup>. Tiveram como objectivo permitir aos actores dos sistemas de emprego, de educação e de formação profissional antecipar as competências do futuro e definir conteúdos de formação coerentes com a evolução dos empregos e das qualificações.

Os perfis profissionais disponíveis e os respectivos estudos de previsão específicos do sector constituem importantes quadros de referência para a informação sobre as necessidades de competências e proporcionam uma orientação estratégica fundamental para definir perfis de formação, conceber formação de qualidade orientada para as necessidades da economia e da sociedade. Fornecem igualmente orientação metodológica útil para seleccionar contextos e métodos de aprendizagem.

De referir ainda que no domínio da reforma da formação profissional, a decorrer em 2007, o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) tem como um dos seus objectivos assegurar a relevância dos referenciais de formação e reconhecimento de qualificações, que respondem às necessidades das empresas e da economia. Esses referenciais de formação vão integrar o Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ, ver 4.1), cuja elaboração e actualização compete à Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, ver 3.1.1). Junto desta Agência funcionam os Conselhos Sectoriais para a Qualificação responsáveis pela identificação de necessidades de actualização do CNQ, onde participam os parceiros sociais, empresas de referência, operadores de formação com maior especialização sectorial e/ou regional, bem como peritos independentes.

### **7.2. Construção de percursos e de parcerias educativas**

A reforma do ensino secundário, iniciada no ano lectivo de 2004/2005, tem em vista uma maior integração e articulação entre os dois subsistemas de educação e formação profissional. Esta reforma teve por objectivo aumentar a diversidade e a qualidade de opções profissionais para os jovens. Assim, o ensino secundário passou a oferecer aos estudantes mais flexibilidade na construção de percursos formativos, permeabilidade entre cursos, permitindo a reorientação dos percursos escolares. Para além disso, a existência de um *corpus* de

---

<sup>(29)</sup> [http://www.inofor.gov.pt/crcvirtual/crc\\_virtual\\_net/index.asp](http://www.inofor.gov.pt/crcvirtual/crc_virtual_net/index.asp) ou <http://www.crcvirtual.org/>

formação geral comum a todos os cursos do nível secundário permite e facilita refazer o percurso formativo do estudante.

A Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), tutelada pelo ME e pelo MTSS (ver 3.1), e responsável pela elaboração de referenciais de competências e de formação a integrar no CNQ, vem impulsionar a construção de ofertas formativas de dupla certificação, que serão desenvolvidas pelas estruturas dos dois ministérios e por entidades privadas que operam no domínio da formação profissional, desde que acreditadas.

Relativamente à formação profissional contínua, as acções de formação que visam a qualificação ou reconversão profissionais assentam em modelos flexíveis e modulares para que os activos possam seguir percursos formativos, acumulando créditos respeitantes às competências adquiridas ao longo de cursos de formação de menor dimensão (unidades capitalizáveis).

Em relação ao ensino superior está a ser implementado, através segunda revisão à LBSE, o *European Credit Transfer System* <sup>(30)</sup> em que se estabelece que a organização da formação ministrada pelos estabelecimentos de ensino superior adopta o sistema europeu de transferência de créditos. Esta mesma Lei possibilita, igualmente, o acesso ao ensino superior de alunos não titulares de habilitações formais de ingresso, através da atribuição de créditos, reconhecendo e validando competências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, nomeadamente pela experiência profissional e, em alguns casos, da creditação de módulos de formações pós-secundárias.

### **7.3. Concepção e actualização dos curricula**

O Ministério da Educação (ME) é o departamento governamental responsável pela política nacional relativa ao sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. No domínio das suas atribuições, assegura as condições para o desenvolvimento dos processos inerentes ao ensino, à aprendizagem, ao desenvolvimento dos *curricula* e programas e promove a investigação científica e os estudos técnicos no âmbito do desenvolvimento curricular do ensino não superior, através da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, à qual compete, em especial, definir os planos de estudo, objectivos e conteúdos curriculares essenciais, acompanhando e avaliando o seu desenvolvimento.

A ANQ, organismo tutelado pelo MTSS e pelo ME, também tem por atribuição, nomeadamente, dinamizar a investigação e a inovação no domínio do currículo, das metodologias e dos recursos pedagógicos, promovendo a disseminação do conhecimento

---

<sup>(30)</sup> Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.

através, nomeadamente, da dinamização e participação em redes e parcerias de informação, experimentação e transferência de conhecimento.

O CNQ, elaborado pela ANQ, integra os referenciais de base para a construção e operacionalização dos programas de formação, dando orientações curriculares para o efeito, embora deixe margem de flexibilidade para as entidades formadoras desenvolverem as soluções formativas que considerem mais adequadas e eficazes face, designadamente, ao perfil de destinatários (empresas e cidadãos) e também aos territórios onde intervêm.

No âmbito do ensino superior público, as universidades e os estabelecimentos de ensino politécnico têm competências próprias para criarem cursos, definirem os respectivos *curricula* e procederem à sua actualização, devendo apenas informar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) para efeitos de registo. A criação de cursos no ensino superior privado está sujeita à apreciação de comissões de peritos e à autorização de funcionamento.

## **8. Validação da aprendizagem**

### **8.1. Enquadramento**

O sistema de educação e formação profissional visa nomeadamente (i) promover a qualificação dos indivíduos, dotando-os de competências necessárias para ingressar no mercado de trabalho, (ii) elevar a formação de base da população activa, possibilitando a sua progressão escolar e profissional e (iii) garantir o reconhecimento das competências adquiridas por via não formal ou informal.

### **8.2. Validação da aprendizagem formal**

A certificação profissional, enquanto sistema, foi criado em 1992 na sequência do Acordo de Política e Formação Profissional (1991) assinado pelo Governo e Parceiros Sociais.

Em Março de 2007, o Governo e a maioria dos parceiros sociais assinaram o Acordo para a Reforma da Formação Profissional, onde o Sistema Nacional de Certificação Profissional é substituído para dar lugar a dois enquadramentos distintos:

- o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) que tem como objectivo fundamental assegurar a relevância dos referenciais de formação e reconhecimento, face às necessidades das empresas e da economia, assegurando igualmente a rápida e permanente actualização do Catálogo Nacional das Qualificações e a sua difusão pelos promotores da formação (ver 7.1);
- o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP) que tem como objectivo produzir normas de acesso e exercício das profissões que, por autorização expressa da Assembleia da República e nos termos constitucionalmente previstos, sejam de acesso regulamentado, obrigando à posse de demonstrativo de capacidade profissional.

### **8.3. Validação e reconhecimento da aprendizagem adquirida por via não-formal e informal**

O sistema nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), criado em 2001 <sup>(31)</sup>, destina-se a adultos maiores de 18 anos e permite o reconhecimento e a validação formal de conhecimentos, capacidades e competências não formal e informalmente adquiridos em contextos de vida e de trabalho, e visa promover e facilitar percursos de

---

<sup>(31)</sup> Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro.

educação e formação numa perspectiva de aprendizagem em todos os tempos e espaços da vida. O processo RVCC assume-se como um “processo único integrado” tendo em vista a certificação escolar e a melhoria da qualificação profissional dos adultos.

A Iniciativa Novas Oportunidades veio reforçar e impulsionar a acção já desenvolvida pelos Centros Novas Oportunidades (CNO, ver Glossário) constituindo-se como um estímulo e um apoio efectivos à procura de certificação e de novas oportunidades de formação. Pretende-se que os CNO permitam atrair aqueles que abandonaram precocemente o sistema de ensino, possibilitando-lhe melhores perspectivas de aprendizagem ao longo da vida e o acesso a desempenhos profissionais mais qualificados. Os CNO passam, assim, a ter um papel estruturante e nuclear constituindo-se como plataformas de acesso e de articulação das diversas ofertas de qualificação destinadas a adultos.

Está prevista a expansão da rede de CNO (actualmente num total de 268) de modo a alcançar o objectivo do Governo de qualificar 1 milhão de activos até 2010.

O processo de RVCC estrutura-se a partir de referenciais de competências-chave para a formação de base (ensino básico e secundário) e de referenciais de competências profissionais:

- o Referencial de Competências-Chave para a educação e formação de adultos, para o nível de ensino básico, organiza-se segundo 4 áreas de competências-chave: Linguagem e Comunicação; Matemática para a Vida; Tecnologias da Informação e Comunicação e Cidadania e Empregabilidade;
- o Referencial de Competências-Chave para a educação e formação de adultos, para o nível de ensino secundário, integra 3 áreas de competências-chave: Cidadania e Profissionalidade; Sociedade, Tecnologia e Ciência; Cultura, Língua e Comunicação;
- os referenciais de formação profissional integram o Catálogo Nacional de Qualificações e estão organizados de acordo com cada saída profissional.

Desenvolve-se em três eixos fundamentais de acção: reconhecimento, validação e certificação de competências.

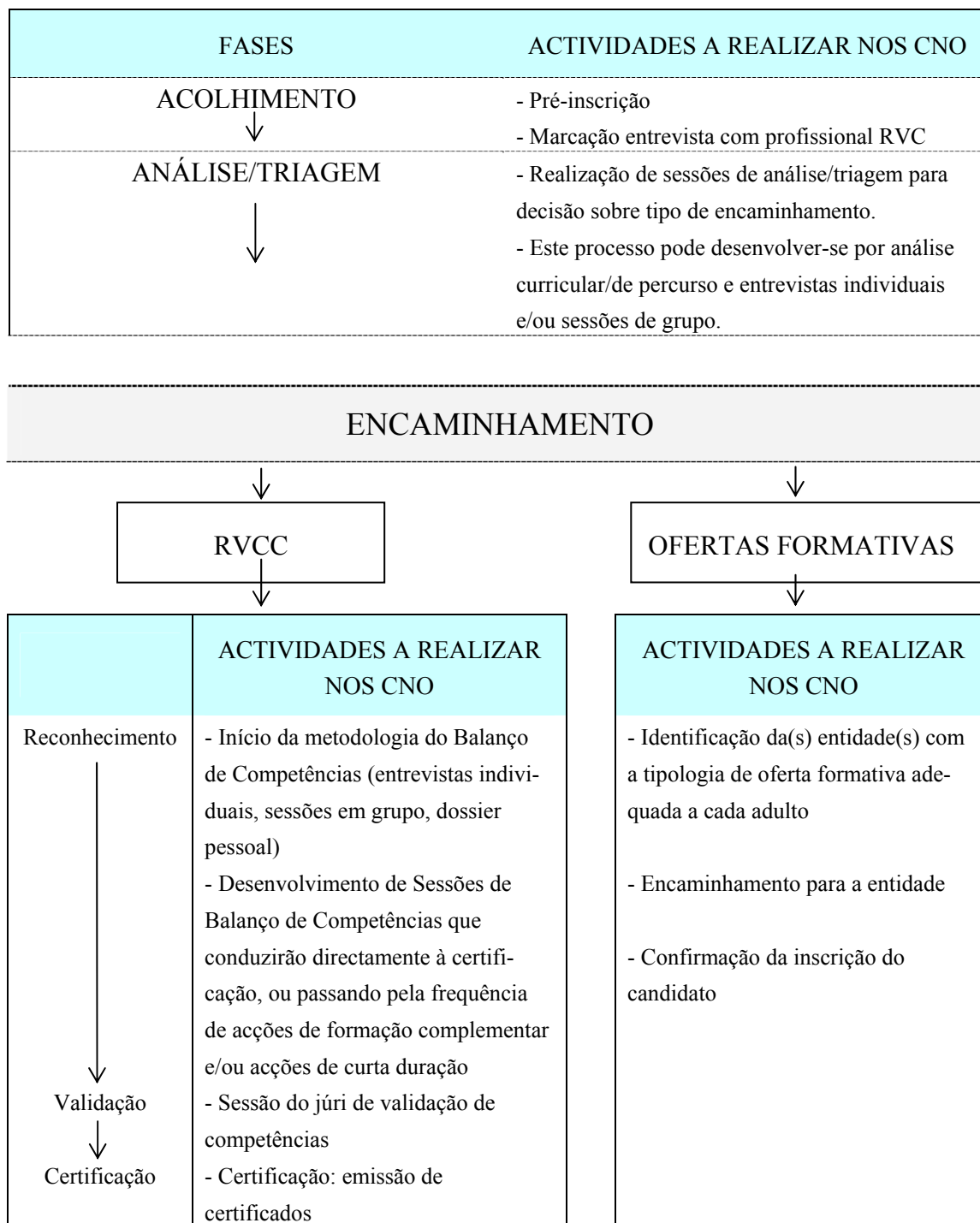
O reconhecimento de competências tem em vista a identificação, pelo adulto, dos saberes e competências adquiridos ao longo da vida, através de um conjunto de actividades, assentes numa metodologia de balanço de competências, através das quais o adulto evidencia as aprendizagens previamente efectuadas, dando início à construção do portefólio reflexivo de aprendizagens.

A validação de competências tem em vista avaliar em que medida as competências adquiridas ao longo da vida correspondem a referenciais que integram o Catálogo Nacional de Qualificações, através de auto e hetero avaliação.

A certificação de competências é o acto oficial de registo e homologação das competências validadas pelo júri de validação.

A certificação formaliza-se através da emissão de um certificado do 1.º, 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico e diploma do ensino básico ou do ensino secundário, consoante o caso. Sempre que o processo de validação não conduza à emissão de certificado ou diploma, é emitido um certificado de validação de competências (ver Figura 5).

*Figura 5: Fluxograma de fases e actividades do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)*



Fonte: ANQ, 2007.

## **9. Orientação e aconselhamento**

### **9.1. Enquadramento**

Em Portugal, os serviços de informação, orientação e aconselhamento profissional têm sido prestados principalmente através de estruturas próprias tuteladas pelo ME e pelo MTSS. Existem também entidades do sector privado que actuam igualmente neste domínio.

O ME é responsável pela elaboração de directrizes gerais que servem de orientação básica para todo o sector educativo, em articulação com as DRE (ver Anexo 1).

A rede escolar do ME incorpora os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), que prestam informação, orientação e aconselhamento à população escolar. Cada SPO é responsável por uma área geográfica, que poderá incluir várias escolas.

São os serviços que, na escola, acompanham o aluno ao longo do percurso escolar, intervindo no ajustamento do processo de aprendizagem e ensino e colaborando na concepção de respostas educativas adequadas, nomeadamente desenvolvendo as suas acções educacionais e sociais em articulação com os outros agentes educativos e com os encarregados de educação..

Os alunos participam voluntariamente em programas de desenvolvimento vocacional de natureza não directiva, abrangendo aspectos como o autoconhecimento, conhecimento das oportunidades de educação e formação e de emprego, estratégias de decisão e planeamento de carreira.

No âmbito do MTSS, a orientação profissional é uma valência técnica transversal a toda actuação do IEFP e que concorre para o cumprimento da sua missão global. A estrutura orgânica do IEFP nos seus diferentes níveis, central, regional e local integra serviços de orientação profissional que cobrem todo o território continental de Portugal.

Compete aos serviços centrais a concepção e harmonização dos procedimentos em matéria de informação e orientação profissional. Aos serviços regionais compete, genericamente, a coordenação, dinamização e integração das actividades de orientação, desenvolvidas nas unidades orgânicas locais (Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional).

Estas intervenções de orientação assumem um carácter sistémico e integrado, de apoio ao processo de desenvolvimento da carreira dos indivíduos, jovens e adultos, privilegiando a promoção de competências adequadas para aceder a um emprego e permanecer no mercado de trabalho. A participação na orientação profissional é voluntária e gratuita.

Quando se trata de pessoas com deficiência, a informação e avaliação/orientação profissional é promovida por Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Directa e Participada do IEFP, e por outras entidades públicas e privadas, devidamente credenciadas pelo IEFP.

No âmbito da reforma em curso, o ME e o MTSS assumiram como uma estratégia de desenvolvimento no domínio da orientação e aconselhamento, a dinamização de equipas técnicas pluridisciplinares que assegurem um tratamento mais integrado das dimensões que estão presentes na definição da trajectória escolar e/ou formativa dos jovens.

Existem ainda organismos privados que trabalham nesta área e que, com recurso a psicólogos e outros profissionais de orientação, prestam informações sobre educação e carreiras para jovens e adultos, ajudando-os a construir um projecto de vida; procurando ainda apoiar os jovens com dificuldades de adaptação à escola ou à sociedade.

## **9.2. Profissionais de orientação e aconselhamento**

As qualificações necessárias para os profissionais dos SPO do ME são a licenciatura em Psicologia, preferencialmente na área educacional e/ou na da consulta psicológica (vocacional) de jovens e adultos. Neste contexto, assumem particular importância as competências de comunicação, experiência profissional, conhecimentos de psicologia e psicopedagogia, conhecimentos sobre o sistema educação e formação profissional, o mercado de trabalho e as profissões. O SPO, para além de psicólogos, também integra profissionais “especialistas de apoio educativo”, “conselheiros de orientação” e técnicos de serviço social.

A legislação prevê um período anual de 56 horas de formação para os professores que têm a seu cargo o aconselhamento e orientação e de 50 horas para os psicólogos. Prevê ainda períodos anuais de formação convertíveis em créditos e apoio financeiro para formação destinada à progressão na carreira.

No âmbito do MTSS e integrados no IEF, os Conselheiros de Orientação Profissional são os responsáveis pelo desenvolvimento da orientação profissional. Têm de possuir uma licenciatura (5 anos de estudos superiores universitários), de preferência em Psicologia ou Sociologia para o desempenho da função. É um requisito na contratação destes profissionais uma formação pós-recrutamento, com duração de 6 meses, realizada em regime de alternância nos serviços centrais e nas unidades orgânicas locais.



## **10. Financiamento – investimento em recursos humanos**

### **10.1. Enquadramento**

Em Portugal, o financiamento do sistema de educação e formação profissional é quase integralmente assegurado por fundos públicos, através de contribuições do orçamento de Estado (OE), do orçamento da Segurança Social (OSS) e do Fundo Social Europeu (FSE).

As contribuições do OE financiam as actividades de educação e formação profissional desenvolvidas pelo sistema educativo da responsabilidade do ME e, nomeadamente, no âmbito de programas sectoriais da responsabilidade de outros departamentos governamentais do Ministério da Economia, da Saúde, da Agricultura.

A formação profissional desenvolvida no quadro do MTSS é financiada através das receitas próprias do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), provenientes do OSS [constituído pelas contribuições pagas pelas empresas (23,75% do valor dos salários brutos pagos) e pelos trabalhadores (11% do valor dos salários brutos)]. Para as políticas activas de emprego e formação profissional, o OSS reserva sistematicamente 4,7% <sup>(32)</sup> das cotizações dos trabalhadores e das contribuições das entidades empregadoras para a Segurança Social, ao que acresce uma consignação de receitas fiscais (IVA) provenientes do OE.

Portugal beneficia de importante apoio da União Europeia para o financiamento das políticas de educação e formação profissional, através dos recursos do FSE atribuídos no âmbito de medidas específicas dos Programas Operacionais que integram os Quadros Comunitários de Apoio (QCA). No período de programação 2000-2006, relativo ao QCA III, os recursos do FSE estão particularmente concentrados no Programa Operacional Educação e no Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, sendo também relevante o apoio deste fundo estrutural atribuído no contexto dos Programas Operacionais da Economia, Saúde e Agricultura e no contexto dos Programas Operacionais de Âmbito Regional.

O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) é o departamento do MTSS responsável a nível nacional pela gestão, a coordenação e o controlo das formas de intervenção apoiadas pelo FSE.

No contexto dos projectos de formação apoiados através dos Programas Operacionais do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) assume particular importância a intervenção do OSS, o qual constitui a fonte de financiamento público que garante a contrapartida nacional dos projectos de formação profissional realizados por entidades privadas.

---

<sup>(32)</sup> Lei n.º 52 C/96, de 27 de Dezembro.

O Estado é o principal responsável pelo financiamento da formação profissional inicial (ver Glossário) para pessoas desempregadas assumindo particular importância os apoios financeiros disponibilizados pelo FSE. O financiamento da formação profissional contínua para pessoas empregadas é encarado como sendo da responsabilidade dos empregadores, embora o Estado possa disponibilizar apoio financeiro e medidas de incentivo.

## **10.2. Financiamento da educação e formação profissional inicial**

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o ensino básico é gratuito. A gratuidade abrange todos os custos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de alimentação e alojamento, dependendo da situação socioeconómica do respectivo agregado familiar. O serviço de transporte escolar é gratuito para os alunos na escolaridade obrigatória.

A educação e formação profissional inicial oferecida pelo sistema educativo é fundamentalmente financiada pelo orçamento do ME, mas assumindo também relevância o contributo do FSE para o financiamento de algumas medidas.

O financiamento dos cursos tecnológicos é assegurado através do orçamento do ME. Os cursos profissionais são realizados no âmbito da rede de escolas profissionais, constituindo um sistema que tem tido forte apoio do FSE para o seu desenvolvimento, no quadro de medidas inseridas nos Programas Operacionais. No período 2000-2005, o financiamento do FSE foi de 195 milhões de euros, correspondendo a 57,5% da despesa pública total, no montante de 339 milhões de euros.

A generalidade dos programas de educação e formação profissional inicial oferecidos pelo MTSS são integralmente financiados com fundos públicos através da afectação de recursos do OSS e do FSE.

Também no sistema de aprendizagem é de sublinhar a importância do financiamento do FSE para o seu desenvolvimento. No período 2000-2005, no âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, o financiamento do FSE a medidas dirigidas à formação em alternância foi de 286 milhões de euros, correspondendo a 62,5% da despesa pública total, no montante de 457 milhões de euros. O financiamento público nacional é assegurado através do IEFP, ou seja através de recursos do OSS.

## **10.3. Financiamento da educação e formação profissional contínua e educação de adultos**

O financiamento público da educação e formação profissional contínua é amplamente suportado pelo FSE, e centra-se numa série de medidas destinadas a promover a adaptação da população activa aos desenvolvimentos económicos e às mudanças organizacionais e tecnológicas e a aumentar a empregabilidade numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

No âmbito do MTSS destaca-se a actividade realizada pelo IEFP, entidade que através dos seus centros de formação organiza uma parte substancial dos cursos de formação profissional.

No período 2000-2005, o financiamento do FSE dirigido à formação contínua dos activos empregados, realizada no âmbito do MTSS e dos Ministérios que tutelam as áreas da saúde, economia, agricultura, administração pública e administração local (não incluindo a formação de professores e de formadores) foi de 517 milhões de euros, correspondendo a cerca de 65% da despesa pública total, no montante de 793 milhões de euros. No mesmo período, o financiamento dos cursos para adultos (Acções Saber +) foi assegurado, também com recursos do FSE no montante de 4 milhões de euros, correspondendo a 75% do financiamento público aplicado nesta medida. Neste mesmo período, o financiamento privado assegurado pelas entidades que beneficiaram de apoios públicos foi de 109 milhões de euros.

Tal como explicado no caso dos sistemas de formação inicial, nos sistemas apoiados pelo FSE as fontes de financiamento públicas são asseguradas pelo orçamento da entidade ou pelo OSS, consoante a sua natureza pública ou privada.

Em relação à educação e formação profissional contínua organizada pelas empresas, sem a intervenção de apoios públicos, o financiamento da formação é da sua inteira responsabilidade e, ao contrário do que sucede em alguns países da UE, não existe um imposto especificamente destinado a financiar a formação profissional. Contudo, as empresas e os trabalhadores contribuem indirectamente, dado que o OSS é uma fonte de financiamento da formação profissional (ver 10.1).

#### **10.4. Financiamento da formação para desempregados e grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho**

A formação para os desempregados e grupos desfavorecidos está sujeita a regulamentação específica <sup>(33)</sup>, sendo as medidas destinadas a estas populações-alvo, na sua maior parte, implementadas pelo IEFP e organizadas habitualmente em parceria com as autoridades locais, instituições sociais sem fins lucrativos do sector privado e outras agências (por exemplo, organizações dirigidas pelos parceiros sociais).

Tal como acontece com o sistema de educação e formação profissional, em geral, o financiamento desta formação é suportado pelo FSE e por fontes de financiamento públicas, asseguradas pelo orçamento das entidades ou pelo OSS, consoante a sua natureza pública ou privada. No período de 2000-2005, a formação dirigida a desempregados (excepto os desempregados de longa duração) beneficiou de apoios do FSE no montante de 291 milhões de euros, correspondendo a 62,5% do financiamento público. As medidas dirigidas à inserção social e profissional de grupos desfavorecidos <sup>(34)</sup> financiadas pelo FSE receberam apoios deste fundo estrutural no montante de 147 milhões de euros.

---

<sup>(33)</sup> Despacho Normativo n.º 140/93, de 6 de Julho.

<sup>(34)</sup> Não inclui os apoios atribuídos no âmbito de medidas dirigidas a pessoas com deficiência, alguns exemplos são as medidas: Formação profissional de grupos desfavorecidos (Despacho n.º 2223/98, de 5 de Fevereiro), Formação especial (Despacho Normativo n.º 140/93, de 6 de Julho).

## **11. Dimensão europeia e internacional**

### **11.1. Estratégias nacionais relativas a prioridades políticas, programas e iniciativas a nível Europeu**

A Estratégia de Lisboa define como objectivo estratégico até 2010 tornar a União Europeia “na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”. Nesta linha, o desenvolvimento dos sistemas de educação e formação profissional, em Portugal, visa contribuir para esses desafios e simultaneamente tem em consideração as prioridades acordadas desde a Cimeira de Copenhaga, nomeadamente ao nível da promoção da confiança mútua, da transparência e reconhecimento de competências e qualificações. Estas prioridades têm por objectivo aumentar a mobilidade e facilitar o acesso à aprendizagem ao longo da vida. As estratégias adoptadas no âmbito da Iniciativa “Novas Oportunidades” (ver Capítulo 2) elegeram dois públicos-alvo prioritários, os jovens e os adultos activos com baixas qualificações. As principais linhas de orientação centram-se (i) na estruturação de uma oferta qualificante, (ii) na oferta de cursos de dupla certificação (académica e profissional) e (iii) no alargamento e consolidação do sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC, ver 8.3).

No âmbito dos processos desencadeados a nível comunitário, Portugal participou activamente, dando contributos quer para o Quadro Europeu das Qualificações (QE) quer integrando o grupo de trabalho comunitário para o Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação Profissional (ECVET).

O QE, que visa contribuir para aumentar a transparência e a comparabilidade entre sistemas e quadros de referência nacionais de qualificações, foi objecto de consulta pública em finais de 2005. De realçar que os resultados dessa consulta em Portugal assinalaram, nomeadamente, o grande benefício que poderá advir deste processo caso se consiga aproveitar o impulso decorrente do mesmo para ultrapassar os obstáculos internos à mobilidade estudantil e profissional no espaço nacional e assim reforçar o potencial de desenvolvimento dos recursos humanos nacionais. Foi ainda considerado que para beneficiar da implementação do QE deveriam ser aprovadas políticas coerentes e concertadas que dessem origem à criação de um Quadro ou Sistema Nacional de Qualificações, que abrangesse todo o tipo de qualificações provenientes dos vários sectores de actividade e contextos (formal, não formal, informal) de ensino e formação.

No âmbito do Sistema ECVET o processo de consulta pública, terminado em Março de 2007, evidenciou a natureza qualitativa deste Sistema, que visa favorecer o reconhecimento de resultados das aprendizagens (independentemente de terem sido obtidos em contexto formal, não formal ou informal), e se constitui como um motor de mobilidade, na medida em que pode impulsionar a procura activa de educação e formação profissional. O processo de

consulta constituiu não só uma excelente oportunidade para dar a conhecer o ECVET com vista à sua futura implementação, mas também uma ocasião de diálogo com actores dos sistemas de educação e formação profissional sobre as perspectivas de evolução futura destes sistemas.

Importará realçar que Portugal, nos trabalhos que decorrem para a elaboração do Catálogo Nacional de Qualificações, vai considerar as orientações europeias quer no domínio do QEQ quer no do ECVET (ver 7.1).

## **11.2. Impacto da europeização/internacionalização na educação e formação profissional**

A dimensão europeia e internacional da educação está presente nos *curricula* do ensino básico e do ensino secundário, através do desenvolvimento de valores conducentes à criação de uma consciência europeia, assim como à apropriação de valores internacionais fundamentais (como a tolerância, a solidariedade, o respeito pelos outros, etc.). O ensino de uma língua estrangeira inicia-se obrigatoriamente no 1.º ciclo do ensino básico e o ensino da segunda língua estrangeira inicia-se no 3.º ciclo. Pelo menos uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico tem continuidade no ensino secundário. O mesmo se verifica em todas as ofertas formativas de dupla certificação.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos integram componentes (por exemplo, a Cidadania) que procuram desenvolver as competências indispensáveis para interagir em contextos nacionais e europeus ou internacionais (ver 8.3).

Portugal tem participado, nomeadamente, nos programas Comenius (para os participantes na educação pré-escolar e no ensino escolar até ao final do secundário), Erasmus (para os participantes no ensino superior), Leonardo (para os participantes na educação e formação profissional de nível não superior) e Grundtvig (para os intervenientes em todas as formas de educação para adultos), para além de outros programas transversais, como por exemplo os Programas Língua e Minerva com vista a reforçar a cooperação europeia nos domínios da educação e formação profissional e promover parcerias multilaterais e acções de mobilidade transnacional e intercâmbios a nível comunitário.

A recente criação da Agência Nacional para o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida <sup>(35)</sup> vem criar as condições para o prosseguimento e para o reforço dos intercâmbios entre os vários Estados-membros. Tem como objectivo, nomeadamente, apoiar a definição de políticas e a cooperação a nível europeu no domínio da aprendizagem ao longo da vida,

---

<sup>(35)</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2007, de 9 de Maio.

designadamente no contexto do Processo de Lisboa e do Programa de Trabalho “Educação e Formação 2010”, bem como dos Processos de Bolonha e de Copenhaga e seus sucessores.

O EUROPASS, enquanto documento comunitário de informação, tem sido objecto de ampla divulgação a nível nacional. O número de documentos Europass em circulação aumentou significativamente entre 2001 e o início de 2005, quando foram emitidos 1 038.

No âmbito da Estratégia Europeia da Mobilidade e com objectivo de atrair investigadores para a Europa e incentivar a sua mobilidade no Espaço Europeu de Investigação, Portugal participa na Rede Europeia de Centros de Mobilidade (a rede ERA-MORE), tendo a rede nacional 15 Centros de Mobilidade espalhados pelo país. Neste contexto, foi ainda criado um Portal Nacional <sup>(36)</sup>, em estreita articulação com o Portal Europeu da mobilidade <sup>(37)</sup>. Estes portais disponibilizam informação sobre as oportunidades de bolsas e emprego científico na Europa, enquanto que a Rede de Centros de Mobilidade dá apoio no acolhimento dos investigadores e das suas famílias.

---

<sup>(36)</sup> [www.astrolabium.pt](http://www.astrolabium.pt)

<sup>(37)</sup> <http://europa.eu.int/eracareers>

## Anexo 1      Siglas e acrónimos

ANQ	Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
CAP	Certificado de Aptidão Profissional ou Certificado de Aptidão Pedagógica de Formador
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CNQ	Catálogo Nacional das Qualificações
CPCS	Comissão Permanente de Concertação Social
DGERT	Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGIDC	Direcção-Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular
DRE	Direcção Regional de Educação
ECTS	Sistema Europeu de Transferência de Créditos ( <i>European Credit Transfer System</i> )
ECVET	Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação Profissional ( <i>European Credit System for Vocational Education and Training</i> )
EFA	Educação e formação de adultos
EQF	ver QEQ
FSE	Fundo Social Europeu
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
INE	Instituto Nacional de Estatística
I.P.	Instituto Público
ISCED	International Standard Classification of Education
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo

MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Educação
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte ( <i>North Atlantic Treaty Organisation</i> )
OE	Orçamento de Estado
OEFP	Observatório do Emprego e Formação Profissional
OSS	Orçamento da Segurança Social
PEOE	Programa de Estímulo à Oferta de Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNE	Plano Nacional de Emprego
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QEQ	Quadro Europeu das Qualificações (EQF – <i>European Qualifications Framework</i> )
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação
SRAP	Sistema de Regulação de Acesso a Profissões
UE	União Europeia



## Anexo 2 Glossário

**Acreditação de entidades formadoras:** Reconhecimento oficial da capacidade técnica e pedagógica de entidades formadoras para o desenvolvimento de acções de formação conducentes à emissão de um certificado. É obrigatória para as entidades candidatas a apoios financeiros públicos.

**Centro de emprego:** Órgão executivo local dependente das delegações regionais do IEFP e cujas competências são: incentivar e promover, em articulação com o meio socioeconómico da respectiva área geográfica de intervenção, a realização de acções conducentes à adequada organização, gestão e funcionamento do mercado de emprego envolvente.

**Centro de formação profissional de gestão directa:** Órgão executivo local coordenado pelas delegações regionais do IEFP, com representação dos parceiros sociais no conselho consultivo. As suas competências são: programar, preparar, executar, apoiar e avaliar acções de formação profissional inicial ou contínua.

**Centro de formação profissional de gestão participada:** Centros de formação que resultam de protocolos firmados entre o IEFP e os parceiros sociais (associações patronais, sindicais e profissionais) sendo geridos através de uma direcção, de um conselho de administração, de uma comissão de fiscalização e de um conselho técnico-pedagógico, sendo estes órgãos constituídos por representantes dos parceiros sociais e presididos por um representante do IEFP.

**Centro Novas Oportunidades (centro de reconhecimento, validação e certificação de competências):** Estrutura organizacional promovida por uma entidade acreditada pela ANQ que desenvolve processos de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas por via não formal e informal, com vista a conferir aos adultos uma certificação escolar e/ou profissional.

**Componente de formação:** Conjunto de conteúdos e/ou actividades de formação que integram o plano curricular de um curso ou acção de formação e que são organizados em função dos objectivos que visam atingir. Organizam-se nomeadamente por componentes de formação sociocultural ou geral; científico-tecnológica; e prática.

**Contrato de aprendizagem:** Contrato de aprendizagem celebrado entre um formando ou, quando este seja menor de idade, o seu representante legal e a entidade formadora, em que esta se obriga a ministrar-lhe formação e aquele se obriga a aceitar essa formação e a executar todas as actividades a ela inerentes. A formação prática é desenvolvida por uma entidade de apoio à alternância. O contrato de aprendizagem não gera nem titula relações de trabalho subordinado e caduca com a conclusão da acção de formação para que foi celebrado.

**Dupla certificação:** O reconhecimento de competências para exercer uma ou mais actividades profissionais e de uma habilitação escolar, comprovado através de um diploma.

**Ensino básico:** Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

**Ensino particular e cooperativo:** Ensino promovido sob iniciativa e responsabilidade de gestão de entidade privada com tutela pedagógica e científica do Ministério da Educação ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

**Ensino secundário:** Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos (em cursos de especialização tecnológica ou em cursos do ensino superior) ou para o ingresso no mercado de trabalho.

**Ensino superior:** Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

**Entidade formadora:** Entidade do sector público, privado, social ou cooperativo que realiza acções de formação profissional.

**Entidade formadora certificada:** A entidade com personalidade jurídica, dotada de recursos e capacidade técnica e organizativa para desenvolver processos associados à formação, objecto de avaliação e reconhecimento oficiais de acordo como referencial de qualidade estabelecido para o efeito.

**Escola profissional:** Considera-se todo o estabelecimento, quer seja público, privado ou cooperativo, que ministram formação de dupla certificação (escolar e profissional) e que tenham acordo com o Ministério da Educação.

**Escolaridade obrigatória:** Ver ensino básico.

**Escolas ou institutos universitários não integrados:** São estabelecimentos de ensino superior autónomos, compostos por uma única unidade orgânica, não integrando nem universidades nem institutos politécnicos.

**Formação contínua:** A actividade de educação e formação empreendida após a saída do sistema de ensino ou após o ingresso no mercado de trabalho, que permita ao indivíduo aprofundar competências profissionais e relacionais, tendo em vista o exercício de uma ou mais actividades profissionais, uma melhor adaptação às mutações tecnológicas e organizacionais e o reforço da sua empregabilidade.

**Formação inicial:** A actividade de educação e formação certificada que visa a aquisição de saberes, competências e capacidades indispensáveis para poder iniciar o exercício qualificado de uma ou mais actividades profissionais.

**Formação profissional inicial para pessoas desempregadas:** É a primeira formação que prepara o adulto sem qualificação para o exercício qualificado de uma actividade profissional.

**Formação profissional ou educação e formação profissional:** A formação com objectivo de dotar o indivíduo de competências com vista ao exercício de uma ou mais actividades profissionais.

**Módulo de formação de dupla certificação:** A unidade de aprendizagem, passível de certificação autónoma e de integração em um ou mais percursos formativos referidos no Catálogo Nacional de Qualificações, permitindo a aquisição de competências certificadas.

**Qualificação:** Resultado formal de um processo de avaliação e validação comprovado por um órgão competente, reconhecendo que um indivíduo adquiriu competências, em conformidade com os referenciais estabelecidos.

**Reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC):** É o processo que permite a adultos maiores de 18 anos, reconhecer, validar e certificar as competências resultantes da experiência que adquiriu em diferentes contextos ao longo da sua vida. A certificação obtida através do sistema permite não só a sua valorização pessoal, social e profissional, mas também o prosseguimento de estudos/formação.

**Referenciais de formação profissional:** Integram o Catálogo Nacional de Qualificações e estão organizados de acordo com cada saída profissional.

## Anexo 3 Referências bibliográficas

Alonso, Luísa et al. *Referencial de Competências-chave – Educação e Formação de Adultos*. (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, 2002.

Caramujo, Elsa; Instituto para a Inovação na Formação – INOFOR. *Estudo comparativo de sistemas nacionais de financiamento da formação : contextos, opções e tendências*. Lisboa: INOFOR, 2004.

Cavaco, Cármen. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Complexidade e novas actividades profissionais. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2007, 2, p. 21-34. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=9&p=23> [Situação em 6.7.2007].

Cedefop. *Four years on - stay focused: from Copenhagen to Helsinki : progress in modernising vocational education and training*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. Disponível em: [http://www.trainingvillage.gr/etv/Upload/Information\\_resources/Bookshop/444/8020\\_en.pdf](http://www.trainingvillage.gr/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/444/8020_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Cedefop. *National VET systems [database]*. Thessaloniki: Cedefop, 2006. Disponível em: [http://www.trainingvillage.gr/etv/Information\\_resources/NationalVet/](http://www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/NationalVet/) [Situação em 6.7.2007].

Cedefop. *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000.

Cedefop. *Thematic overview 2006: Development of education in Portugal*. Thessaloniki: Cedefop, 2006. Disponível em: [http://www.trainingvillage.gr/etv/Information\\_resources/NationalVet/Thematic/criteria\\_reply.asp](http://www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/NationalVet/Thematic/criteria_reply.asp) [Situação em 6.7.2007].

Cedefop; Le Mouillour, Isabelle. *European approaches to credit (transfer) systems in VET: an assessment of the applicability of existing credit systems to a European credit (transfer) system for vocational education and training (ECVET)*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005. (Cedefop Dossier; 12). Disponível em: [http://www.trainingvillage.gr/etv/Upload/Information\\_resources/Bookshop/424/6014\\_en.pdf](http://www.trainingvillage.gr/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/424/6014_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Cedefop; Sultana, Ronald G. *Guidance policies in the knowledge society: trends, challenges and responses across Europe – a Cedefop synthesis report*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004. (Cedefop Panorama; 85). Disponível em: [http://www.trainingvillage.gr/etv/Upload/Information\\_resources/Bookshop/356/5152\\_en.pdf](http://www.trainingvillage.gr/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/356/5152_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Cedefop; Tessaring, Manfred; Wannan, Jennifer. *Vocational education and training: key to the future – Lisbon-Copenhagen-Maastricht: mobilising for 2010 – Cedefop synthesis of the Maastricht Study*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004. Disponível em:

[http://www.trainingvillage.gr/etv/Information\\_resources/Bookshop/publication\\_download.asp?pub\\_id=382&dl\\_id=1121&pub\\_lang=en](http://www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/Bookshop/publication_download.asp?pub_id=382&dl_id=1121&pub_lang=en) [Situação em 6.7.2007].

Cedefop; Tissot, Philippe. *Terminology of vocational training policy: a multilingual glossary for an enlarged Europe*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004. (Cedefop publication, 4030). Disponível em:

[http://www.trainingvillage.gr/etv/Information\\_resources/Bookshop/publication\\_details.asp?pub\\_id=369](http://www.trainingvillage.gr/etv/Information_resources/Bookshop/publication_details.asp?pub_id=369) [Situação em 6.7.2007].

Comissão Europeia. *Implementing the 'Education and training 2010' work programme – 2005 progress report Portugal*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2006. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/policies/2010/natreport/pt\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/policies/2010/natreport/pt_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Comissão Europeia; Eurydice; Eurostat. *Key data on education in Europe 2005*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005. Disponível em: [http://www.eurydice.org/ressources/eurydice/pdf/0\\_integral/052EN.pdf](http://www.eurydice.org/ressources/eurydice/pdf/0_integral/052EN.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Credit Transfer Technical Working Group. *European credit system for VET (ECVET): technical specifications report 2005*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2005. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/ecvt2005\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/ecvt2005_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Direcção-Geral de Formação Vocacional. *Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências*. Lisboa: DGFV, 2005. Disponível em: [http://www.drec.min-edu.pt/ciep/index\\_rvcc.asp](http://www.drec.min-edu.pt/ciep/index_rvcc.asp) [Situação em 6.7.2007].

Duarte, Isabel. *O valor da aprendizagem experiencial dos adultos nos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências*. Disponível em: [http://www.proformar.org/revista/edicao\\_3/centros\\_reconhecimento.pdf](http://www.proformar.org/revista/edicao_3/centros_reconhecimento.pdf) [Situação em 6.7.2007].

European Ministers of Vocational Education and Training; European social partners; European Commission. *The Helsinki communiqué on enhanced European cooperation in vocational education and training*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2006. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/helsinkicom\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/helsinkicom_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Eurostat. *EU Labour Force Survey: principal results 2005*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. (Statistics in focus: population and social conditions, 13/2006). Disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-NK-06-013/EN/KS-NK-06-013-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-NK-06-013/EN/KS-NK-06-013-EN.PDF) [Situação em 6.7.2007].

Eurydice – The Information Network of Education in Europe. *Eurybase – The information database on education systems in Europe: O sistema Educativo em Portugal 2005/06*. Bruxelas: Eurydice, 2006. Disponível em: [http://www.eurydice.org/ressources/Eurydice/pdf/eurybase/2006\\_DNPT\\_PT.pdf](http://www.eurydice.org/ressources/Eurydice/pdf/eurybase/2006_DNPT_PT.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Imaginário, Luís. Identificação e Reconhecimento de Competências na Promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida. *Actas do II Encontro Internacional de Formação Norte de Portugal - Galiza / Construção de Competências Pessoais e Profissionais para o Trabalho*. Porto: Instituto do Emprego e Formação Profissional / Delegação Regional do Norte, 2001. p. 227-233.

Imaginário, Luís; Castro, José M. *Perfil de Competências dos Profissionais de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências)*. Lisboa / Porto: Associação Nacional de Oficinas de Projectos, 2003.

Leney et al. *Achieving the Lisbon goal: the contribution of VET – final report to the European Commission*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2004. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/policies/2010/studies/maastricht\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/policies/2010/studies/maastricht_en.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Ministério da Educação; Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança. *The role of national qualifications systems in promoting lifelong learning: background report for Portugal*. Paris: OECD, 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/17/21/33776801.pdf> [Situação em 6.7.2007].

Ministério da Segurança Social e do Trabalho. *Plano Nacional de Emprego 2005/2008*. Lisboa: MSST, 2006. Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/25746D2A-E2BD-4364-B9AB-BF819F19E64A/0/Apresentacao\\_PNEmprego\\_2005\\_08.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/25746D2A-E2BD-4364-B9AB-BF819F19E64A/0/Apresentacao_PNEmprego_2005_08.pdf) [Situação em 6.7.2007].

Nobre, Francisca. A valorização das competências e a aprendizagem ao longo da vida: da qualificação/requalificação à reconversão profissional. *Formação Profissional. Cadernos Sociedade & Trabalho IV*. Lisboa: DEEP, 2004, p. 41-55.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *Education at a glance: OECD indicators 2006*. Paris: OECD, 2006.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *OECD economic surveys : Portugal 2006: special feature: improving the performance of the education system*. Paris: OECD, 2006. Disponível em: <http://caliban.sourceoecd.org/vl=7370317/cl=20/nw=1/rpsv/~3805/v2006n4/s1/p11> [Situação em 6.7.2007].

OEFP. *Aspectos estruturais do mercado de trabalho*. Lisboa: OEFP, 2006. Disponível em: <http://oefp.iefp.pt/Default.aspx?PageId=11> [Situação em 6.7.2007].

Paixão, Teresa. Certificação profissional: contributos para uma reflexão. *Formação Profissional. Cadernos Sociedade & Trabalho IV*. Lisboa: DEEP, 2004, p. 113-125.

## Anexo 4 Principais organizações

### Ministérios

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social  
Praça de Londres, 2  
P-1049-056 Lisboa  
Tel.: (351) 218 44 10 00  
Fax: (351) 218 42 41 08  
E-mail: [gmtss@mtss.gov.pt](mailto:gmtss@mtss.gov.pt)  
URL: <http://www.mtss.gov.pt/>

Ministério da Educação  
Avenida 5 Outubro, 107  
P-1069-018 Lisboa  
Tel.: (351) 217 81 18 00  
Fax: (351) 217 81 18 35  
E-mail: [gme@me.gov.pt](mailto:gme@me.gov.pt)  
URL: <http://www.min-edu.pt>

Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior  
Palácio das Laranjeiras  
Estrada das Laranjeiras, 197-205  
P-1649-018 Lisboa  
Tel.: (351) 217 23 10 00  
Fax: (351) 217 27 14 57  
E-mail: [mctes@mctes.gov.pt](mailto:mctes@mctes.gov.pt)  
URL: <http://www.mctes.pt/>

### Departamentos governamentais e Institutos públicos

Agência Nacional para a Qualificação  
Av. 24 de Julho, 138  
P-1399-026 Lisboa  
Tel.: (351) 213 94 37 00  
Fax: (351) 213 94 37 99  
E-mail: [anq@anq.gov.pt](mailto:anq@anq.gov.pt)  
URL: <http://www.anq.gov.pt/>

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho  
Praça de Londres, 2, 7º andar  
P-1049-056 Lisboa  
Tel.: (351) 218 44 14 30  
Fax: (351) 218 44 14 25  
E-mail: [dgert@dgert.mtss.gov.pt](mailto:dgert@dgert.mtss.gov.pt)  
URL: <http://www.dgert.mtss.gov.pt/>

Direcção Geral do Ensino Superior  
Av. Duque D'Ávila, 137  
P-1069-016 Lisboa  
Tel.: (351) 213 12 60 00  
Fax: (351) 213 12 60 01  
E-mail: [dges@dges.mctes.pt](mailto:dges@dges.mctes.pt)  
URL: <http://www.dges.mctes.pt/>

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular  
Av. 24 de Julho, 140  
P-1399 - 025 Lisboa  
Tel.: (351) 213 93 45 00  
Fax: (351) 213 93 46 95  
E-mail: [dgidc@dgidc.min-edu.pt](mailto:dgidc@dgidc.min-edu.pt)  
URL: <http://www.dgidc.min-edu.pt/>

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação  
Av. 24 de Julho, 134  
P-1399 - 054 Lisboa  
Tel.: (351) 213 94 92 00  
Fax: (351) 213 95 76 10  
E-mail: [gepe@gepe.min-edu.pt](mailto:gepe@gepe.min-edu.pt)  
URL: <http://www.gepe.min-edu.pt/>

Gabinete de Estratégia e Planeamento  
Rua Castilho, 24  
P-1250-069 Lisboa  
Tel.: (351) 213 11 49 00  
Fax: (351) 213 11 49 80  
E-mail: [gep@gep.mtss.gov.pt](mailto:gep@gep.mtss.gov.pt)  
URL: <http://www.gep.mtss.gov.pt/>

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
Direcção de Serviços de Informação Estatística em Ensino Superior  
Rua Filipe Folque, nº 5 – 2º Dto.  
P-1050-110 Lisboa  
Tel. : (351) 213 51 51 60  
Fax: (351) 213 51 51 61  
URL: <http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/>

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu  
Rua Castilho, nº 5, 6º/7º/8º andar  
P-1250-066 Lisboa  
Tel.: (351) 213 59 16 00  
Fax: (351) 213 59 16 01  
E-mail: [geral@igfse.pt](mailto:geral@igfse.pt)  
URL: <http://www.igfse.pt/>

Instituto do Emprego e Formação Profissional  
Av. José Malhoa, 11  
P-1099-018 Lisboa  
Tel.: (351) 218 61 41 00  
Fax: (351) 217 22 70 13  
E-mail: [iefp.info@iefp.pt](mailto:iefp.info@iefp.pt)  
URL: <http://portal.iefp.pt>

## **Parceiros Sociais**

Confederação dos Agricultores de Portugal  
Av. do Colégio Militar, Lote 1786  
P-1549-012 Lisboa  
Tel.: (351) 217 10 00 00  
Fax: (351) 217 16 61 22  
E-mail: [cap@cap.pt](mailto:cap@cap.pt)  
URL: <http://www.cap.iweb.pt/SAPPortal/>

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal  
Av. Dom Vasco da Gama, 29  
P-1449-032 Lisboa  
Tel.: (351) 213 03 13 80  
Fax: (351) 213 03 14 00/01  
E-mail : [ccp@ccp.pt](mailto:ccp@ccp.pt)

Confederação da Indústria Portuguesa  
Av. 5 de Outubro, 35, 1º  
P-1069-193 Lisboa  
Tel.: (351) 213 16 47 00  
Fax: (351) 213 57 99 86  
E-mail: [geral@cip.org.pt](mailto:geral@cip.org.pt)  
URL: <http://www.cap.iweb.pt/SAPPortal/>

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional  
Rua Victor Cordon, 1  
P-1249-102 Lisboa  
Tel.: (351) 213 23 65 00  
Fax: (351) 213 23 66 95  
E-mail: [cgtip@cgtip.pt](mailto:cgtip@cgtip.pt)  
URL: <http://www.cgtip.pt/index.php>

Confederação do Turismo Português  
Palácio Pancas Palha - Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, 1  
P-1149-044 Lisboa  
Tel.: (351) 218 11 09 30  
Fax: (351) 218 11 09 39  
E-mail: [ctp@netcabo.pt](mailto:ctp@netcabo.pt)

União Geral de Trabalhadores  
Rua Buenos Aires, 11  
P-1249-067 Lisboa  
Tel.: (351) 213 93 12 00  
Fax: (351) 213 97 46 12  
E-mail: [ugt@mail.telepac.pt](mailto:ugt@mail.telepac.pt)  
URL: <http://www.ugt.pt/>

## **Outras órgãos e instituições**

Conselho Nacional de Educação  
Rua Florbela Espanca  
P-1700-195 Lisboa  
Tel.: (351) 217 93 52 45  
Fax: (351) 217 97 90 93  
E-mail: [cnedu@mail.telepac.pt](mailto:cnedu@mail.telepac.pt)  
URL: <http://www.cnedu.pt/index.php?section=1>

Eurydice - Unidade Portuguesa  
Avenida 24 de Julho, 134, 2º andar  
P-1399-054 Lisboa  
Tel.: (351) 213 94 93 05  
Fax: (351) 213 95 76 10  
E-mail: [isabel.almeida@giase.min-edu.pt](mailto:isabel.almeida@giase.min-edu.pt) (Chefe de equipa)  
URL: <http://eurydice.giase.min-edu.pt/>



Gabinete do Coordenador da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico  
Rua da Lapa, 73  
P-1200-701 Lisboa  
Tel.: (351) 213 94 73 30  
Fax: (351) 213 94 73 39  
E-mail para assuntos referentes à Estratégia de Lisboa: [cnel@cnel.gov.pt](mailto:cnel@cnel.gov.pt)  
E-mail para assuntos referentes ao Plano Tecnológico: [planotecnologico@planotecnologico.pt](mailto:planotecnologico@planotecnologico.pt)  
URL: <http://www.estrategiadelisboa.pt/default.aspx?site=estrategiadelisboa>

Instituto Nacional de Estatística  
Av. António José de Almeida  
P-1000-043 Lisboa  
Tel.: (351) 218 42 61 00  
Fax: (351) 218 42 63 80  
E-mail: [ine@ine.pt](mailto:ine@ine.pt)  
URL: <http://www.ine.pt/>

Gabinete do Coordenador do Quadro de Referência Estratégico Nacional  
Morada: Rua da Alfândega, 160/170, 4º andar  
P-1100-016 Lisboa  
Tel.: (351) 218 80 20 60  
Fax: (351) 218 80 20 69  
E-mail: [QREN2007-2013@observatorio.pt](mailto:QREN2007-2013@observatorio.pt)  
URL: <http://www.qren.pt/index.php>

Observatório do Emprego e Formação Profissional  
Rua Castilho, 24, 8º  
P-1250-069 Lisboa  
Tel.: (351) 213 10 87 69  
Fax: (351) 213 10 87 67  
E-mail: [secretariado.oefp@iefp.pt](mailto:secretariado.oefp@iefp.pt)  
URL: <http://oefp.iefp.pt/Default.aspx?PageId=1>



Cedefop (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional)

**O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal**  
**Descrição sumária**

*Maria da Conceição Afonso*  
*Fernanda Ferreira*

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2007 – VI, 61 p. – 21 x 29,7 cm

(Cedefop Panorama series; 142 – ISSN 1562-6180)

ISBN 978-92-896-0491-8

Nº de catálogo: TI-78-07-321-PT-C

Grátis – 5177 PT –



O reforço da qualificação dos portugueses constitui o principal desafio estratégico que orienta as prioridades definidas em matéria de política educativa. Essas prioridades inscrevem-se no quadro definido pela Estratégia de Lisboa, reconhecendo a educação e a formação como factores insubstituíveis de desenvolvimento económico e tecnológico, coesão social, desenvolvimento pessoal e exercício pleno da cidadania.

Nas últimas décadas, Portugal tem feito um enorme esforço de qualificação escolar da população, que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e qualificação, tendo definido objectivos específicos que elegem como prioridades a generalização do nível secundário de educação como qualificação mínima da população, o reforço do ensino profissional de dupla certificação, o alargando a oferta de cursos de educação e formação de adultos e a criação de condições para que um maior número de pessoas seja abrangido pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. Estes objectivos constituem o principal desafio da reforma em curso no domínio da educação e formação.

## O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal

Descrição sumária

PANORAMA



Centro Europeu para o  
Desenvolvimento da Formação Profissional

Europe 123, GR-57001 Thessaloniki (Pylea)  
Endereço postal: PO Box 22427, GR-55102 Thessaloniki  
Tel. (30) 23 10 49 01 11, Fax (30) 23 10 49 00 20  
Correio electrónico: [info@cedefop.europa.eu](mailto:info@cedefop.europa.eu)  
Homepage: [www.cedefop.europa.eu](http://www.cedefop.europa.eu)  
Sítio web interactivo: [www.trainingvillage.gr](http://www.trainingvillage.gr)

Grátis – disponível mediante pedido dirigido ao Cedefop

5177 PT



Serviço das Publicações  
[Publications.europa.eu](http://Publications.europa.eu)

ISBN 978-92-896-0491-8



9 789289 604918